

---

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 59ª  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA DE  
SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, A SER  
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023 ÀS 14h00**

SAPR3 (ON)  
SAPR4 (PN)  
SAPR11 (Units)

## ÍNDICE

1)	INFORMAÇÕES GERAIS .....	3
2)	COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (correspondente ao item 2.1 do Formulário de Referência).....	4
3)	DESCREVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, IDENTIFICANDO: (correspondente ao item 7.1 do Formulário de Referência): .....	41
4)	EM RELAÇÃO A CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA (correspondente ao item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência) .....	44
5)	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (correspondente ao item 8 do Formulário de Referência).....	69
6)	PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE GOVERNANÇA .....	79
7)	DEMONSTRATIVO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DE LUCROS DO EXERCÍCIO DE 2022 E PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (Em milhares de Reais).....	80
8)	MANUTENÇÃO DOS JORNAIS DE PUBLICAÇÃO UTILIZADOS PELA COMPANHIA .....	92

## 1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar informa que a documentação abaixo relacionada, relativa ao artigo 133 da Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, pertinentes às matérias a serem debatidas na 59ª Assembleia Geral Ordinária (59ª AGO) a ser realizada às 14h00 do dia 28 de abril de 2023, foi enviada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e disponibilizada aos acionistas em 16 de fevereiro de 2023, na sede da Companhia e no site: [ri.sanepar.com.br](http://ri.sanepar.com.br)

- I. Relatório da Administração
- II. Demonstrações Financeiras
- III. Parecer dos Auditores Independentes
- IV. Parecer do Conselho Fiscal
- V. Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

A Proposta a seguir versa sobre os temas a serem deliberados, a saber:

Item 1 – Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31/12/2022;

Item 2 – Destinação dos Lucros conforme Proposta da Administração;

Item 3 – Fixação do montante global da remuneração da Administração, do Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, a saber Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e Comitê Técnico, conforme proposta da Administração;

Item 4 – Eleição dos membros do Conselho Fiscal, conforme proposta da Administração;

Item 5 – Indicação de jornais para publicações legais da Companhia.

## 2) COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (correspondente ao item 2.1 do Formulário de Referência)

Os itens a seguir apresentados foram avaliados e comentados pela Diretoria:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise da Diretoria esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos em exercícios anteriores venham a se reproduzir no futuro.

### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Fundada na década de 1960, atualmente uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba (PR), é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná e conta com 6.199 empregados.

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico em 345 municípios paranaenses e 1 em Santa Catarina, além de diversas localidades de menor porte. A Sanepar se utiliza de mais de 60 mil quilômetros de tubulações para distribuição de água potável e mais de 40 mil quilômetros de rede coletora de esgoto.

A Sanepar fornece água tratada a 100% da população urbana dos municípios atendidos. Na área de esgotamento sanitário, a Sanepar disponibiliza coleta para 78,9% dos paranaenses residentes em áreas urbanas dos municípios atendidos e trata 100% do esgoto coletado. Também realiza a gestão de resíduos sólidos urbanos, operando aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte, atendendo no total sete municípios, onde, nestas plantas, foram tratadas, aproximadamente, 64,2 mil toneladas de resíduos no ano de 2022.

A Sanepar detém também 40% da participação acionária da CS Bioenergia SA (sociedade constituída com a Catallini Bioenergia), unidade de biodigestão de alta tecnologia, localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba.

Na busca pela universalização, nos últimos cinco anos, foram investidos R\$ 6,1 bilhões, sendo que, destes, R\$ 1,7 bilhão foram investidos em 2022.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Índice de Liquidez Corrente (ILC) <sup>(1)</sup>	1,52	1,48	1,21
Índice de Liquidez Geral <sup>(2)</sup>	0,93	0,85	0,80
Índice de Endividamento <sup>(3)</sup>	47%	47%	47%

<sup>(1)</sup> O Índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

<sup>(2)</sup> O Índice de Liquidez Geral é calculado pela divisão do somatório do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante (não considerando o imobilizado, intangível e investimentos) pelo somatório Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante.

<sup>(3)</sup> O Índice de Endividamento é calculado pela divisão da dívida (assim entendida como o somatório do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante) pelo Ativo Total da Companhia.

## b. estrutura de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento, a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido.

Os níveis de alavancagem apresentados a seguir mostram uma relativa estabilidade nos exercícios sociais encerrados em 2022, 2021 e 2020:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhões de Reais, exceto nível de alavancagem)		
Dívida Líquida (*)	3.875,3	3.137,5	2.773,3
Patrimônio Líquido	8.786,9	7.826,3	6.943,2
Nível de alavancagem (**)	0,44	0,40	0,40

(\*) A dívida líquida resulta da subtração da dívida (entendida como o somatório dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil) menos o Caixa e Equivalentes de Caixa.

(\*\*) Representa a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A Diretoria da Companhia entende que a trajetória do índice de endividamento ocorre porque embora haja um crescimento nominal da dívida líquida, o mesmo é compensado pela

geração de caixa e de lucro líquido da Companhia. Identifica-se, na estrutura de capital, o capital de terceiros como uma das fontes de recursos imprescindível para o financiamento das atividades e dos investimentos previstos pela Companhia. A tabela abaixo mostra a estrutura de capital da Companhia nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)		
Capital Próprio <sup>(1)</sup>	8.786,9	7.826,3	6.943,2
Capital de Terceiros <sup>(2)</sup>	7.870,3	6.814,3	6.247,7
Capital de Terceiros s/ Capital Próprio <sup>(3)</sup>	0,9x	0,9x	0,9x

<sup>(1)</sup> Corresponde ao valor total do patrimônio líquido.

<sup>(2)</sup> Corresponde ao valor total agregado de passivo circulante e passivo não circulante.

<sup>(3)</sup> Corresponde a divisão do item "2" pelo item "1" acima mencionados.

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, e para manutenção das operações.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 16,7 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 8,8 bilhões e dívida total de R\$ 7,9 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 47,2% em 2022, um ligeiro aumento em comparação com 2021.

A dívida líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, foi de R\$ 3.875,3 milhões em 2022, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,4 vez em 2021 para 1,7 vez em 2022. A tabela abaixo ilustra a evolução da dívida líquida e bruta da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)		
Empréstimos, financiamentos, debêntures e Arrendamentos	5.083,2	4.120,6	3.647,6
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.207,9)	(983,1)	(874,3)
Dívida Líquida <sup>(1)</sup>	3.875,3	3.137,5	2.773,3

<sup>(1)</sup> Para efeito de dívida líquida considera-se: a dívida bruta (Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos), subtraído o valor relativo ao caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia tem buscado alinhar sua geração de caixa às suas necessidades de capital de giro e para atender às obrigações financeiras contraídas. A Companhia vem implementando a estratégia de alongar o perfil de sua dívida bruta substituindo-a por dívidas com taxas de juros menores, inclusive por meio de emissões de debêntures.

Uma de suas obrigações em relação aos contratos de Empréstimos e Financiamentos assumidos é manter durante toda vigência dos contratos os *Covenants* Financeiros da sua Dívida Bancária

Líquida menor ou igual a 3, controlando assim a sua capacidade de honrar seus compromissos em relação a sua geração de caixa.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados**

Com o objetivo de manter a liquidez e complementar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros disponíveis, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia foram: os recursos de caixa gerados por suas operações; o capital de terceiros, principalmente por meio dos financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) via recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), bem como por meio da captação de recursos no mercado de capitais por meio de emissão das debêntures e por Cédula de Crédito Bancário - CCB, além da operação de Arrendamento.

Em 2022, houve também liberação de recursos referente ao contrato com o Banco KfW, banco de desenvolvimento estatal alemão, no valor de € 3.252 mil, equivalente a R\$ 17.575 mil. O contrato junto ao Banco KfW tem como finalidade projetos de eficiência energética para as estações de tratamento de esgoto, sendo o valor total do contrato de € 50 milhões com perspectiva de liberação de recursos até 2023.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Os Diretores da Sanepar entendem que a Companhia pode, por meio do mercado financeiro e de capitais, realizar operações para atender eventuais necessidades extraordinárias de capital de giro, por novas emissões ou por meio de refinanciamento de dívidas já contraídas. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos, as emissões de notas promissórias comerciais e de debêntures, entre outros.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

A Diretoria da Companhia acredita que os níveis de endividamento da Companhia e as características dos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures são compatíveis com os resultados das suas atividades, com a sua geração de caixa e com as melhores práticas do mercado e que a Companhia está cumprindo com as obrigações assumidas nesses contratos, atendendo aos *covenants* e demais compromissos previstos.

Em 31 de dezembro de 2022, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 16.657,2 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) era de R\$ 7.870,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 14.640,6 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) foi de R\$ 6.814,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo da Companhia atingiu R\$ 13.190,9 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante) era de R\$ 6.247,7 milhões.

A tabela abaixo, demonstra a Taxa de Rentabilidade dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, resultantes da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio, que é calculado pela média patrimônios líquidos entre o exercício atual e o respectivamente anterior, conforme tabela abaixo:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhões de Reais, exceto taxa de rentabilidade)		
Lucro Líquido	1.151,5	1.177,6	996,3
Patrimônio Líquido Médio	8.306,6	7.384,8	6.558,6
Taxa de rentabilidade	13,9%	15,9%	15,2%

Adicionalmente, a Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são importantes para realizar os investimentos nele previstos.

O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 47,2% em 2022, próximo ao índice alcançado em 2021 de 46,5%, e de 47,4% para 2020.

### (i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Abaixo, tabela com a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos nas datas indicadas:

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Venc. Final	Em milhões de reais		
				2022	2021	2020
Debêntures da 8ª Emissão - 1ª Série	106,5% CDI	-	2021	-	-	95.020
Debêntures da 8ª Emissão - 2ª Série	108,0% CDI	-	2023	155.563	155.368	154.924
Célula de Crédito Bancário - CCB	CDI + 2,75	-	2022	-	66.632	198.870
BNDES - Avançar	3,58 a 4,00	IPCA	2041	78.778	28.039	24.976
BNDES	TJLP + 1,82	-	2023	645	8.325	16.005
Banco do Brasil S.A. - PSI/13	3,00 a 6,00	-	2024	2.287	5.662	9.037
Debêntures da 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92	-	2024	21.615	33.707	45.949
Debêntures da 2ª Emissão - 2ª Série	9,19	IPCA	2024	47.188	67.018	80.669
Debêntures da 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92	-	2024	28.820	44.942	61.265
Debêntures da 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% CDI	-	2024	200.613	200.105	199.250
Debêntures da 10ª Emissão - Série Única	4,66	IPCA	2027	422.222	398.303	357.579
Debêntures da 12ª Emissão - 1ª Série	CDI + 1,08	-	2027	315.090	-	-
Debêntures da 12ª Emissão - 2ª Série	5,89	IPCA	2032	317.815	-	-
Debêntures da 11ª Emissão - 1ª Série	CDI + 1,65	-	2026	133.489	130.637	-
Debêntures da 11ª Emissão - 2ª Série	4,25	IPCA	2029	237.130	223.737	-
Debêntures da 11ª Emissão - 3ª Série	4,49	IPCA	2031	184.022	173.722	-
Banco Itaú S.A. - PSI/13	3,00 a 6,00	-	2025	4.512	8.061	11.610
Debêntures da 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% CDI	-	2026	151.947	151.565	150.916
Debêntures da 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67	-	2027	110.549	133.638	157.524
Debêntures da 4ª Emissão - 2ª Série	7,44	IPCA	2027	73.808	85.129	90.584
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67 a 2,05	-	2029	294.307	290.362	312.540
Arrendamento Mercantil Litoral	11,14	IPC-FIPE	2036	317.212	296.012	277.915
Arrendamento Mercantil Direito Uso	8,70	-	2027	182.639	108.999	80.136
Debêntures da 7ª Emissão - 1ª Série	5,20	IPCA	2038	42.465	45.255	46.030
Debêntures da 7ª Emissão - 2ª Série	4,79	IPCA	2038	69.362	73.921	70.960
Debêntures da 7ª Emissão - 3ª Série	6,97	IPCA	2038	22.430	22.566	20.565
Debêntures da 7ª Emissão - 4ª Série	6,57	IPCA	2038	36.230	36.451	31.530
Caixa Econômica Federal	6,62 a 12,00	TR	2046	1.617.154	1.320.466	1.145.100

Total em Reais				5.067.892	4.108.622	3.638.954
Banco KfW	1,35	EURO	2032	15.352	11.943	8.634
Total em moeda estrangeira				15.352	11.943	8.634
Saldo Final Exercício				5.083.244	4.120.565	3.647.588

## (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros do mercado, visando potencializar o relacionamento com os seus parceiros financeiros, possibilitando assim o acesso a linhas de crédito para o financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras além das descritas no item f.

## (iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Algumas das dívidas da Companhia, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, estão garantidas com ativos reais. Ademais, as debêntures da 2ª, 4ª e 7ª Emissões contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente, respectivamente, à parcela mensal de R\$ 29,0 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011, R\$ 15,2 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de agosto de 2014, e R\$ 8,7 milhões corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de novembro de 2018

## (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

### i. *Covenants* de contratos de financiamentos do BNDES da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

**ii. Covenants de contratos da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures.**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

**iii. Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

**iv. Covenants do contrato do Banco KfW**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos item (i) do BNDES, incluindo os novos contratos denominados AVANÇAR e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamentos e debêntures, os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por, no mínimo, dois trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii) referente a 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Decima Sexta dos referidos contratos, e das instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do item (iv) do Banco KfW, conforme contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter os índices financeiros estipulados durante toda a sua vigência.

Os contratos de Financiamentos e Debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas de Vencimento Antecipado Cruzado denominadas Cross Default. Os contratos de financiamentos

relacionados à CAIXA podem ter seu vencimento antecipado em caso de declaração de vencimento antecipado, referentes a dívidas relacionadas a outras instituições financeiras.

Conforme descrito nos Contratos de Financiamentos denominados PAC 2 e as escrituras da 2ª e 4ª Emissões de Debêntures, relacionados ao BNDES/BNDESPAR, estão sujeitas a declaração de vencimento antecipado por inadimplência contratual de dívidas e obrigações a outras instituições, no montante individual inicial de R\$ 20 milhões e no montante agregado inicial de R\$ 70 milhões, dentro do período de 12 meses, ambos atualizados anualmente pelo IPCA desde a data da celebração do contrato. Os saldos atualizados estão descritos no quadro abaixo:

Valores em milhares de R\$:

<b>Contrato</b>	<b>Data de assinatura</b>	<b>Montante individual reajustado em R\$<sup>1</sup></b>	<b>Montante Acumulado Reajustado em R\$<sup>2</sup></b>
11.2.0889.1	22/11/2011	37.996	132.985
12.2.0562.1	18/07/2012	36.664	128.323
13.2.0909.1	05/11/2013	34.038	119.133
14.2.0537.1	30/06/2014	32.619	114.167
Debêntures 2ª Emissão	15/08/2011	38.289	134.013
Debêntures 4ª Emissão	18/09/2014	31.922	111.726

<sup>1</sup> Valor inicial de R\$ 20 milhões.

<sup>2</sup> Valor inicial de R\$ 70 milhões.

As escrituras da 8ª e 9ª Emissão de Debêntures possuem como limite de inadimplemento de dívidas financeiras, relacionadas a instituições financeiras o montante de R\$ 30 milhões. As escrituras da 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures possuem o limite de inadimplemento de dívidas pecuniárias com instituições financeiras o montante de R\$ 50 milhões. Por fim, o contrato de Empréstimo junto ao Banco KfW possui limite de inadimplemento de dívidas com instituições financeiras no montante de EUR 10 milhões. O percentual do endividamento financeiro da Companhia que possui contrato com cláusulas de Cross Default é de 91,13%.

#### **g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Dos recursos oriundos dos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, com saldos a liberar, para a ampliação e melhoria da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas, já foram utilizados 42,51%, restando a liberar R\$ 1.539 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Dos recursos oriundos do contrato celebrado com o Banco KfW, com saldo a liberar, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário em diversas cidades do Estado do Paraná, foram utilizados 10,53% do total de €50 milhões (equivalente à R\$ 278,5 milhões em conversão direta com o Euro Ptax considerando a data de 31/12/2022, R\$ 5,5694).

Ademais, foram utilizados 49,52% dos recursos oriundos dos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os quais estão sendo utilizados para ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em

diversos municípios do Estado do Paraná, restando a liberar R\$ 658 milhões em 31 de dezembro de 2022, incluindo valores das Debêntures da 7ª emissão.

A Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são importantes para realizar os investimentos nele previstos.

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultados e de fluxo de caixa**

As informações financeiras a seguir são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### **Análise Vertical (AV) e a Análise Horizontal (AH) das contas da Demonstração de Resultados referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
<b>Receita Líquida Operacional</b>	<b>5.673.647</b>	<b>100,00</b>	<b>5.204.412</b>	<b>100,00</b>	<b>9,02</b>
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(2.383.355)</b>	<b>(42,01)</b>	<b>(2.120.008)</b>	<b>(40,73)</b>	<b>12,42</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.290.292</b>	<b>57,99</b>	<b>3.084.404</b>	<b>59,27</b>	<b>6,68</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(1.501.747)</b>	<b>(26,47)</b>	<b>(1.205.656)</b>	<b>(23,17)</b>	<b>24,56</b>
Comerciais	(469.608)	(8,28)	(356.540)	(6,85)	31,71
Administrativas	(692.613)	(12,21)	(612.189)	(11,76)	13,14
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(102.055)	(1,80)	(25.399)	(0,50)	301,81
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.300)	(0,06)	(2.958)	(0,06)	11,56
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	(73.375)	(1,29)	(70.948)	(1,36)	3,42
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(72.703)	(1,28)	(57.425)	(1,10)	26,61
Programa de Participação nos Resultados	(88.093)	(1,55)	(80.197)	(1,54)	9,85
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(242.998)</b>	<b>(4,28)</b>	<b>(275.182)</b>	<b>(5,29)</b>	<b>(11,70)</b>
Receitas Financeiras	264.891	4,67	105.281	2,02	151,60
Despesas Financeiras	(507.889)	(8,95)	(380.463)	(7,31)	33,49
<b>Lucro Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>1.545.547</b>	<b>27,24</b>	<b>1.603.566</b>	<b>30,81</b>	<b>(3,62)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(394.009)	(6,94)	(425.935)	(8,18)	(7,50)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.151.538</b>	<b>20,30</b>	<b>1.177.631</b>	<b>20,76</b>	<b>(2,22)</b>

**Receita Operacional Líquida:** A receita operacional líquida aumentou 9,0%, passando de R\$ 5.204,4 milhões no exercício de 2021 para R\$ 5.673,6 milhões no exercício de 2022, principalmente pelos seguintes fatores: (i) Reajuste tarifário de 5,11%, aplicado nas contas de água e esgoto a partir do dia 05 de fevereiro de 2021; (ii) Revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021; (iii) Aumento na quantidade de ligações de água em 1,9% (de 3.348.441 em dezembro de 2021 para 3.410.686 em dezembro de 2022); e (iv) Aumento na quantidade de ligações de esgoto em 2,7% (de 2.379.696 em dezembro de 2021 para 2.445.588 em dezembro de 2022).

O volume faturado de água aumentou 2,5% (de 521,5 milhões de m<sup>3</sup> para 534,6 milhões de m<sup>3</sup> acumulado até dezembro de 2021 e 2022, respectivamente) e o volume faturado de esgoto cresceu 4,1% (de 396,5 milhões de m<sup>3</sup> para 412,9 milhões de m<sup>3</sup> em acumulado até dezembro de 2021 e 2022, respectivamente).

**Custos dos Serviços Prestados:** Os custos dos serviços prestados cresceram 12,4%, passando de R\$ 2.120,0 milhões no exercício de 2021 para R\$ 2.383,4 milhões no exercício de 2022, principalmente em função das seguintes variações: (i) Os custos com pessoal aumentaram 20,4%, passando de R\$ 417,3 milhões em 2021 para R\$ 502,6 milhões em 2022; (ii) os gastos com materiais cresceram 35,1%, passando de R\$ 178,7 milhões em 2021 para R\$ 241,5 milhões em 2022, principalmente em material de operação de sistemas, material de tratamento e combustíveis e lubrificantes; e (iii) os gastos com serviços de terceiros cresceram 1,1%, passando de R\$ 965,4 milhões em 2021 para R\$ 975,6 milhões em 2022, principalmente nos serviços de operação e manutenção de sistemas, serviços de vigilância, serviços de manutenção eletromecânica, serviços técnicos operacionais e serviços de remoção de resíduos de esgoto.

**Despesas Operacionais - Comerciais:** As despesas comerciais aumentaram 31,7%, passando de R\$ 356,5 milhões no exercício de 2021 para R\$ 469,6 milhões no exercício de 2022, principalmente pelo acréscimo percebido na Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos, que aumentaram 85,2%, passando de R\$ 103,8 milhões em 2021 para R\$ 192,3 milhões em 2022, reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares vencidas a mais de 180 dias.

**Outras Despesas (Receitas) Operacionais:** As Outras Despesas (Receitas) Operacionais cresceram 301,8%, passando de R\$ 25,4 milhões no exercício de 2021 para R\$ 102,1 milhões no exercício de 2022, principalmente pelo reconhecimento de R\$ 87,6 milhões em 2022 referente a conversão de 5 Autos de Infração Ambiental – AIA, lavrados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA no ano de 2012 em 2 Termos de compromisso de Conversão de Multas – TCCM, o qual será desembolsado ao longo de 120 meses na execução de Ações Ambientais relacionadas ao projeto denominado “Requalificação dos Complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno”.

**Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica:** As despesas com provisões com Planos de Aposentadoria e Assistência médica aumentaram 26,6% em relação ao exercício de 2021 em face das atualizações decorrentes dos cálculos atuariais realizados no encerramento do exercício de 2022.

**Programa de Participação nos Resultados:** A provisão contábil para o Programa de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecidas para o exercício de 2022, foi no montante de R\$ 88,1 milhões.

**Resultado Líquido:** O resultado líquido no exercício de 2022 foi R\$ 1.151,5 milhões, um decréscimo de 2,2% em relação ao exercício anterior. A receita operacional bruta teve um crescimento de 9,2%, enquanto os custos e despesas operacionais registraram um aumento de 16,8% em relação ao exercício de 2021. Vale destacar que houve uma economia no pagamento do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 147,1 milhões, em função do crédito aos

acionistas de Juros sobre o Capital Próprio, em substituição aos Dividendos, no montante de R\$ 432,6 milhões.

### Análise Horizontal (AH) dos elementos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.151.538</b>	<b>57,83</b>	<b>1.177.631</b>	<b>69,21</b>	<b>(2,22)</b>
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais					
Depreciações e Amortizações	433.420	21,77	394.466	23,18	9,88
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	16.378	0,82	18.055	1,06	(9,29)
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	2.464	0,12	656	0,04	275,61
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(14.456)	(0,73)	(17.495)	(1,03)	(17,37)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	192.257	9,66	103.830	6,10	85,17
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, Líquidos	(82.812)	(4,16)	(46.312)	(2,72)	78,81
Provisões	73.375	3,68	70.948	4,17	3,42
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	72.703	3,65	57.425	3,37	26,61
Juros sobre Financiamentos	358.225	17,99	240.071	14,11	49,22
Variações Monetárias sobre Financiamentos	99.905	5,02	95.551	5,62	4,56
Juros e Atualizações Monetárias sobre Arrendamentos	66.837	3,36	56.026	3,29	19,30
Variações Cambiais, Líquidas	(1.093)	(0,05)	(165)	(0,01)	562,42
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	3.387	0,17	595	0,03	469,24
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.300	0,17	2.958	0,17	11,56
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	5.442	0,27	4.272	0,25	27,39
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	41	0,00	225	0,01	(81,78)
	<b>1.229.373</b>	<b>61,74</b>	<b>981.106</b>	<b>57,66</b>	<b>25,30</b>
<b>Varição nos Ativos e Passivos</b>					
Contas a Receber de Clientes	(381.141)	(19,14)	(327.256)	(19,23)	16,47
Impostos e Contribuições a Recuperar	(26.914)	(1,35)	(4.610)	(0,27)	483,82
Estoques	(19.263)	(0,97)	(3.823)	(0,22)	403,87
Depósitos Judiciais	(98.701)	(4,96)	(88.118)	(5,18)	12,01
Outras Contas a Receber	2.461	0,12	8.914	0,52	(72,39)
Empreiteiros e Fornecedores	25.896	1,30	58.406	3,43	(55,66)
Impostos e Contribuições	443.238	22,26	434.385	25,53	2,04
Salários e Encargos a Pagar	31.525	1,58	(54.479)	(3,20)	(157,87)
Cauções e Retenções Contratuais	7	0,00	(97)	(0,01)	(107,22)
Receitas a Apropriar	14.133	0,71	(4.200)	(0,25)	(436,50)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(469.301)	(23,57)	(457.455)	(26,88)	2,59
Outras Contas a Pagar	88.403	4,44	(18.868)	(1,11)	(568,53)
	<b>(389.657)</b>	<b>(19,57)</b>	<b>(457.201)</b>	<b>(26,87)</b>	<b>(14,77)</b>
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>1.991.254</b>	<b>100,00</b>	<b>1.701.536</b>	<b>100,00</b>	<b>17,03</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.744.142)	99,70	(1.320.162)	99,93	32,12
Aplicação em Investimentos	(5.180)	0,30	(950)	0,07	445,26
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.749.322)</b>	<b>100,00</b>	<b>(1.321.112)</b>	<b>100,00</b>	<b>32,41</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Financiamentos Obtidos	1.073.339	(6.266,94)	799.220	(294,24)	34,30
Amortizações de Financiamentos	(328.486)	1.917,94	(469.674)	172,92	(30,06)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(326.645)	1.907,19	(230.741)	84,95	41,56
Pagamentos de Arrendamentos	(87.578)	511,34	(78.591)	28,93	11,44
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(12.848)	75,02	(12.516)	4,61	2,65
Depósitos Vinculados	(25.562)	149,25	(11.743)	4,32	117,68
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(309.347)	1.806,19	(267.575)	98,51	15,61
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(17.127)</b>	<b>100,00</b>	<b>(271.620)</b>	<b>100,00</b>	<b>(93,69)</b>
<b>VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>224.805</b>		<b>108.804</b>		<b>106,61</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	983.127		874.323		12,44
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>1.207.932</b>		<b>983.127</b>		<b>22,87</b>

**Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais:** As principais variações que impactaram positivamente a geração de caixa líquido das Atividades Operacionais estão relacionadas aos ajustes de conciliação do resultado devido, principalmente, ao aumento de: (i) 15,7% das Depreciações e Amortizações ocasionado pelo aumento dos investimentos realizados; (ii) 35,6% de Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos relacionada com o aumento da inadimplência no período; e (iii) de 47,6% de Juros sobre Financiamentos decorrente da captação de novos recursos de terceiros, do reajuste do contrato de arrendamento mercantil do litoral, da variação do IPCA e da manutenção do CDI em 13,65% em dezembro de 2022. O registro da Dívida em Outras Contas a Pagar no valor de R\$ 87,6 milhões relacionados à conversão de multa do IBAMA em 2 Termos de Compromisso de Conversão de Multas – TCCM, refletiram positivamente na variação indireta do fluxo de caixa das Atividades Operacionais.

**Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento:** A principal variação das aplicações nas atividades de investimentos está relacionada com os investimentos no Imobilizado e Intangível realizados no exercício de 2022, que foram de R\$ 1.744,1 milhões, representando um aumento de 32,1% em relação ao exercício anterior, sendo distribuído em 39% no segmento água, 53% no segmento esgoto e 8% em bens administrativos e outros.

**Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamentos:** As principais variações das aplicações nas atividades de financiamentos decorrem do aumento na captação de empréstimos e financiamentos no exercício de 2022, no montante de R\$ 1.073,3 milhões, 34,3% superior ao exercício anterior, objetivando expandir a prestação de serviços e manter a liquidez da Companhia. Em 2022, também, foram pagos R\$ 326,6 milhões em juros sobre financiamentos, 37,7% a mais do que em 2021, em decorrência principalmente do aumento dos valores captados e pelos acréscimos decorrentes das variações dos índices econômicos contratuais.

**Resultado operacional e financeiro** (correspondente ao item 2.2 do Formulário de Referência)

**a. resultados das operações do emissor, em especial:**

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional líquida da Companhia é gerada preponderantemente por meio das suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e contratos de programa. O crescimento da Companhia está ligado ao crescimento da população do Estado do Paraná e ao aumento do número de unidades que necessitam dos serviços de saneamento básico.

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar, 326 estão com contratos vigentes, enquanto os demais estão com o prazo expirado, porém, em operação. A principal receita advém do contrato firmado com o Município de Curitiba, cujos percentuais da receita nos exercícios de 2022, 2021 e 2020 corresponderam a 22,1 %, 21,5% e 22,2%, respectivamente. As outras nove receitas mais relevantes representaram nos mesmos exercícios 31,4%, 31,2 % e 31,1% respectivamente do total da receita da Companhia.

A receita da Companhia continua sendo composta, na sua maioria, pela prestação de serviços a clientes residenciais, comerciais e industriais nos municípios atendidos, sendo que 62,5% da receita corresponde ao fornecimento de água e serviços relacionados, 36,2% corresponde à receita de esgoto e serviços conexos e 1,3% corresponde aos demais serviços. A solidez da receita está amparada pelos contratos de programa/concessão entre a Companhia e os municípios que tem *Maturity*\* de 17,4 anos (\*com base na receita bruta de cada município).

Anualmente, a Sanepar publica o Plano de Trabalho Integrado de Gerenciamento de Riscos Estratégicos. Em 2022, a Companhia implementou o novo portfólio de riscos corporativos, que vem sendo acompanhado sistematicamente em todos os níveis da gestão. Entre os 21 riscos estratégicos, 6 foram priorizados, e dentre eles está a “Redução de Receita”. Para fazer frente ao tratamento desse risco, a Sanepar também avançou no mapeamento de riscos dos processos, para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos e, assim, aperfeiçoar e assegurar a gestão em todos os níveis da Companhia, incluindo o tático e o operacional. Os resultados da gestão de riscos são relatados ao Comitê de Riscos mensalmente. Essas informações são apresentadas à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração trimestralmente.

A tabela abaixo apresenta o total da receita operacional da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, e 2020, segmentados por natureza:

	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhares de Reais)		
Receitas com Água	3.740.630	3.415.183	3.124.101
Receitas com Esgoto	2.186.347	1.993.856	1.856.001
Receitas de Serviços	106.938	112.279	119.347
Receitas de Resíduos Sólidos	12.503	11.740	11.863
Serviços prestados a Prefeituras	22.027	20.914	20.413
Doações efetuadas por Clientes	35.202	34.171	21.708
Outras Receitas	6.362	5.760	7.297
TOTAL	6.110.008	5.593.903	5.160.730
COFINS/PASEP	(436.361)	(389.491)	(361.075)
Receita Operacional Líquida	5.673.647	5.204.412	4.799.655

## ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5,7 bilhões, alta de 9,0% em comparação com o ano de 2021. Tal resultado se deve, principalmente, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 4,96% a partir de maio de 2022, ao Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 5,11 %, aplicado desde 5 de fevereiro de 2021, e à revisão tarifária de 5,77%, em vigor desde 17 de maio de 2021.

A Companhia expandiu, em 2022, os serviços e realizou 62 mil novas ligações de água e 66 mil novas ligações de esgoto, que contribuíram para o crescimento de 2,5% no volume faturado de água e de 4,1% no volume faturado de esgoto.

Em 2022, o Lucro Líquido foi de R\$ 1,15 bilhão, um decréscimo de 2,2% na comparação com 2021. A margem líquida recuou 2,3 p.p., alcançando 20,3% no ano, em que pese a economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos tenha contribuído positivamente com o resultado do exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 5.204,4 milhões, sendo que desse total, R\$ 3.309,0 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 1.895,4 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. O aumento em relação a 2020 foi de 8,4%, reflexo do Reajuste Tarifário Anual – IRT de 5,11% a partir de 05 de fevereiro de 2021 e da revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021, apesar da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, reflexo da crise hídrica prolongada e das mudanças no perfil de consumo das famílias atendidas. Outro fator decorre do aumento de 2,3% na quantidade de ligações de água e de 3,1% na quantidade de ligações de esgoto se comparados a 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 4.799,7 milhões, sendo que desse total, R\$ 3.034,1 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 1.765,5 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. O aumento em relação a 2019 foi de 1,6% reflexo da expansão dos serviços de água e esgoto e do Reajuste Tarifário Anual – IRT de 8,37% e do reestabelecimento do IRT de 3,76% aplicados em 2019, impactando integralmente em 2020, apesar da postergação dos reajustes pela Agepar devido à pandemia da COVID-19 e da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, resultado da situação de emergência hídrica que vigora no Estado do Paraná, o que demandou ações mitigadoras devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva. Outro fator decorre do aumento de 2,5% na quantidade de ligações de água e de 3,5% na quantidade de ligações de esgoto se comparados a 2019.

Ademais, os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- as condições do ambiente macroeconômico brasileiro;
- crescimento populacional do Estado do Paraná;
- processos de revisão e reajustes de tarifas;
- situações climáticas;
- o custo dos insumos relevantes para suas operações;

**b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno e, conseqüentemente, não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida. A receita operacional líquida da Companhia é impactada, entre outros, pelos reajustes e revisões tarifárias, pelos volumes faturados e quantidade de ligações.

A receita operacional líquida e condição financeira são altamente dependentes da capacidade da Companhia de obter a aprovação e estabelecer tarifas adequadas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Conforme estabelecido pela AGEPAR, a 2ª RTP foi dividida em duas fases. A primeira fase, baseada na metodologia aplicada no primeiro ciclo tarifário, foi consolidada em nove notas técnicas. Em consonância com o estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 222/2020, as notas técnicas foram submetidas a consultas públicas, no período de 04 de janeiro a 17 de fevereiro de 2021, e audiência pública em 31 de março de 2021.

Todo o processo para definição da tarifa e fatores que a compõe pode ser consultado no endereço eletrônico: <http://www.agepar.pr.gov.br/pagina/notas-tecnicas>.

A 2ª fase da 2ª RTP encontra-se em andamento, conforme Resolução AGEPAR nº 007 de 29/03/2022, que aborda os seguintes temas: (i) aprovação do cronograma de trabalho da 2ª Fase da 2ª RTP da Sanepar, cuja conclusão está prevista para abril de 2023; (ii) realização do reajuste das tarifas vigentes dos serviços de água e esgoto da Sanepar, na data-base de 17 de maio de 2022; (iii) estabelecimento da inclusão de eventuais compensações necessárias para a manutenção da data-base vigente, de 17 de maio, na tarifa resultante da 2ª fase 2ª RTP da Sanepar.

O quadro a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a três índices de inflação.

INDEXADORES	2022	2021	2020
IPCA	5,78%	10,06%	4,52%
IGP-M	5,45%	17,78%	23,14%
INPC	5,93%	10,16%	5,45%
SANEPAR	4,96%	5,77%	5,11% *

\*Aplicado em 05/02/2021

### **c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Em 2022, o cenário externo impôs reflexos severos à economia, impactando no consumo das famílias, nos investimentos das empresas, afetados pela Selic mais alta tornando o crédito mais caro e no mercado de insumos trazendo preços mais elevados.

No cenário interno, por sua vez, reflexos ainda de 2020 e 2021, os resultados sofreram com reajuste tarifário inferior à inflação, com aumento significativo de preços dos principais insumos da Companhia, com volume menor do que a média histórica em decorrência da variação climática decorrentes de temperaturas mais amenas e muita chuva, além do índice de inadimplência atingindo o maior percentual (3,4%), principalmente devido à ausência de cortes no fornecimento, que tiveram início a partir da pandemia.

Quanto às receitas, custos, e fluxos de caixa, a receita operacional líquida aumentou 9,0% passando de R\$ 5.204,4 em 2021 para R\$5.673,6 em 2022 decorrente de: reajuste tarifário de

4,96% a partir de 17 de maio de 2022, crescimento dos volumes faturados de água e esgoto e do aumento no número de ligações.

Sob o aspecto de custos com material, houve um acréscimo de 32,6% principalmente os relacionados a materiais de tratamento, que representam aproximadamente 67% do total dos gastos com materiais no ano. Já a energia elétrica teve uma redução de 3,5% decorrente, principalmente, pela redução da alíquota de ICMS de 29% para 18% sobre as faturas de energia elétrica e prática da bandeira tarifária verde a partir de 17/04/2022, apesar da redução de 3% no subsídio aplicado nas unidades consumidoras que usufruíam do desconto para saneamento, que passou de 6% para 3% e pelo reflexo do reajuste tarifário médio de 4,90% aplicado a partir de 24/06/2022.

Sob o aspecto de Empréstimos e Financiamentos, com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais. O cenário adverso de 2021, com crise hídrica e pandemia, impactou 2022 e trouxe um horizonte desafiador não só para a Sanepar, mas para todo o setor de saneamento no Brasil. Durante o ano de 2022, a Companhia captou R\$ 349,6 milhões de recursos com a Caixa Econômica, R\$ 56,4 milhões com o BNDES PAC2, R\$ 49,7 milhões com o BNDES AVANÇAR e R\$ 17,6 milhões com o Banco KfW.

Além dos valores captados com as instituições financeiras, a Companhia efetuou, em janeiro de 2022, a 12ª emissão de Debêntures, com captação de R\$ 600 milhões no mercado, em duas séries de R\$ 300 milhões, sendo uma institucional e a outra por meio de Debêntures Incentivadas, que seguem a instrução da Lei nº 12.431 cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento da infraestrutura no país, oferecendo incentivos fiscais de isenção de Imposto de Renda.

**Os diretores devem comentar** (correspondente ao item 2.3 do Formulário de Referência)

**a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Conforme descrito na Nota Explicativa 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 2.2 – Mudança de prática contábil, até o Exercício de 2021 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como “Despesas Comerciais”. Estes valores decorrem de compromissos financeiros assumidos nos Contratos de Programa/Concessão entre a Companhia e os municípios concedentes, e representam um valor percentual calculado sobre a receita bruta da Companhia nos respectivos municípios.

A partir do Exercício de 2022 a Companhia passou a registrar os gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” como Custo dos Serviços Prestados, e não mais na rubrica de Despesas Comerciais. Esta classificação não afetou o resultado do exercício. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia

reclassificou os valores dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” apresentados nas Demonstrações dos Resultados de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Divulgado 2020	Ajuste	Reclassificado 2020
Custos dos Serviços Prestados	(1.921.161)	(65.927)	(1.987.088)
Despesas Comerciais	(437.859)	65.927	(371.932)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>	-	-	-

Descrição	Divulgado 2021	Ajuste	Reclassificado 2021
Custos dos Serviços Prestados	(2.050.737)	(69.271)	(2.120.008)
Despesas Comerciais	(425.811)	69.271	(356.540)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>	-	-	-

#### **b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

A Sanepar respeita a independência do auditor externo e entende a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes referente às informações contábeis intermediárias apenas do período encerrado em 31 de março de 2022 foram emitidos com ênfase, de acordo com as informações transcritas abaixo. Para os períodos encerrados em 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, os relatórios foram emitidos sem ênfase.

Para o período findo em 31 de março de 2022:

##### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executadas pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity” respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

##### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações

trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **Ênfase**

Investigação interna independente (Operações “Águas Claras” e “Ductos” Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às informações contábeis intermediárias, as investigações internas, que estavam sendo acompanhadas pela CEI, foram concluídas. Em relação às operações “Águas Claras” e “Ductos” foram tomadas as devidas providências pelo Conselho de Administração conforme mencionado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em relação a esses assuntos.

### **Outros assuntos**

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 05 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque  
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Para o período findo em 30 de junho de 2022:

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em

todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### **Outros assuntos**

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao ano anterior

As informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações intermediárias correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidas sob a nossa responsabilidade, os quais continham ênfase sobre investigação interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, “Águas Claras” e “Ductos” que foram concluídas ao final do exercício de 2021, e emitimos relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de agosto de 2021 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 04 de agosto de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque  
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Para o período findo em 30 de setembro de 2022:

#### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **Outros assuntos**

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao ano e período anterior

As informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações intermediárias correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais obtidos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidas sob a nossa responsabilidade, os quais continham ênfase sobre a investigação interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, “Águas Claras” e “Ductos” que foram concluídas ao final do exercício de 2021, e emitimos relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de novembro de 2021 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 03 de novembro de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque  
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Ênfase” relacionada à investigação, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### **Plano de aposentadoria e assistência médica**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada. O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os

julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

### **Reconhecimento de receita não faturada**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 23, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia. Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

#### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

#### **Demandas administrativas e judiciais**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é parte passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cuja provisão para contingências soma um montante de R\$ 689.000 mil em de 31 de dezembro de 2022, como resultado de suas atividades operacionais. O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

#### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o departamento jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está razoável. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

#### **Contratos de programa/concessão**

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, 11 e 13b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 676.465 mil registrado como Ativos Financeiros Contratuais, R\$ 2.746.449 mil registrado como Ativo de Contrato e R\$ 8.954.657 mil registrado no Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2022, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do Ativo Intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido a esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de

programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável “impairment” desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento jurídico e operacional da Companhia, além da sua área financeira-contábil, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas relacionados a continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível impairment dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, devido ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu Ativo Intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa nº 13d, mesmo não sendo requerida conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratarem de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíram a leitura do laudo preparado pela Companhia incluindo as previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de impairment para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo que emitimos relatório sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2022, contendo parágrafo de ênfase referente a “Investigação” interna independente, referente às Operações “Rádio Patrulha”, “Integração”, e “Águas Claras” e “Ductos” que foram concluídas ao final do exercício de 2021.

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a

procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações**

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque  
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S – PR

**Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados** (correspondente ao item 2.4 do Formulário de Referência)

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

### c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não praticou eventos ou operações não usuais.

**Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:** (correspondente ao item 2.5 do Formulário de Referência):

#### a. Valor das medições não contábeis (EBITDA e Margem EBITDA)

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil divulgada pela Sanepar em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM nº 527"), conciliada com as demonstrações contábeis e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não são auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que utilizamos como base para o cálculo a Instrução CVM nº 527, que versa sobre essa medida no artigo 3º, inciso I.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da margem EBITDA, para os períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(milhares de R\$)			
EBITDA	2.221.965	2.273.214	1.932.397
Margem EBITDA	39,2%	43,7%	40,3%

**b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**EBITDA**

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(milhares de R\$)</i>	2022	2021	2020
Lucro Líquido	1.151.538	1.177.631	996.343
(+) Resultado financeiro líquido	242.998	275.182	204.775
(+) Imposto de renda e contribuição social	394.009	425.935	369.412
(+) Depreciação e amortização	433.420	394.466	361.867
Total	2.221.965	2.273.214	1.932.397

**Margem EBITDA**

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(milhares de R\$, exceto %)</i>	2022	2021	2020
Receita Operacional líquida	5.673.647	5.204.412	4.799.655
Margem EBITDA <sup>(1)</sup>	39,2%	43,7%	40,3%

<sup>(1)</sup> A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional líquida

**Dívida Bruta e Dívida Líquida**

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(milhares de R\$)</i>	2022	2021	2020
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	5.083.244	4.120.566	3.647.558
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.207.932)	(983.127)	(874.323)
Dívida Líquida	3.875.312	3.137.438	2.733.265
Patrimônio Líquido	8.786.887	7.826.342	6.943.163
EBITDA Acumulado 12 meses	2.221.965	2.273.214	1.932.397
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,74x	1,38x	1,41x
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,44x	0,40x	0,40x

**c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA e a Margem EBITDA são divulgados pela Companhia como informação complementar por entender que são indicadores úteis na avaliação do desempenho operacional da Companhia.

O Endividamento Bruto e Líquido são medidas apropriadas para demonstrar a capacidade financeira da Companhia para honrar os compromissos futuros e é um componente do cálculo do Índice de Alavancagem Financeira, com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida

líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA, as quais não são auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes. Para efeito de dívida líquida consideram-se empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil, menos caixa e equivalentes de caixa.

**Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social de 2022 que as altere substancialmente** (correspondente ao item 2.6 do Formulário de Referência):

Em 26 de janeiro de 2023, na 1ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração aprovou o início da estruturação da operação de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, com esforços restritos de colocação, não incentivadas, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, no montante total de até R\$ 400 milhões.

Conforme comunicado ao mercado em 07 de fevereiro de 2023, a Companhia e o Município de Maringá requereram a suspensão da Ação Civil Pública em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo prazo de 30 (trinta) dias, em razão de demandas internas, em sede administrativa, inerentes ao objeto da ação.

**Os diretores devem comentar a destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando substancialmente** (correspondente ao item 2.7 do Formulário de Referência):

**a. regras sobre a retenção de lucros**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, observado nos 3 últimos exercícios sociais, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, o valor decorrente de doações e subvenções governamentais será destinado a Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), 5,0% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não poderá exceder a 20,0% do capital social, de acordo com o art. 193 da mesma Lei.

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

De acordo com a tabela abaixo é possível identificar a destinação relativa ao lucro líquido dos 3 últimos exercícios sociais:

AGO	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
		28/04/2022	22/04/2021
	(Em milhares de Reais)		
Reserva de Incentivos Fiscais	55	12	1.207
Reserva Legal (5%)	57.574	58.881	49.757
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio*	432.623	343.564	296.428
Reserva para Plano de Investimentos	665.998	780.674	654.746

\* Em 2021 foram destinados R\$ 325.863 a título de JCP e R\$ 17.701 dividendos complementares. Em 2020 e 2022, os valores foram distribuídos apenas a título de JCP.

## **b. regras sobre a distribuição de dividendos**

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado (lucro líquido do exercício após a constituição de reserva para incentivos fiscais e reserva legal) de acordo com a legislação societária. A Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional de até mais 25% do lucro líquido.

Para os acionistas detentores de ações preferenciais é atribuído juros sobre o capital próprio e/ou dividendo por ação, 10% superior do que for atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º do art. 17, da Lei das Sociedades por Ações.

## **c. periodicidade das distribuições de dividendos**

A Sanepar efetua semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício, crédito contábil aos seus acionistas referente a Juros sobre o Capital Próprio relativo ao resultado de cada semestre, para os acionistas com posição acionária no último dia útil de junho e de dezembro de cada exercício.

Hoje, o fluxo de declaração, crédito e pagamento de proventos segue o que está estabelecido na Política de Dividendos, ou seja, é preciso a aprovação e definição da data de pagamento em AGO (Assembleia Geral Ordinária) que se realizará dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, por proposta da administração da Companhia.

A Companhia poderá, ainda em períodos inferiores declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nas demonstrações contábeis intermediárias, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Ainda, por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração anual ou semestral. Também mediante decisão do Conselho de Administração, os dividendos, inclusive dividendos intermediários e/ou intercalares, poderão ser pagos a título de juros sobre capital próprio. Dividendos intermediários e/ou intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que aprovar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.

**d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e na Política de Dividendos da Companhia, não há, além das atribuídas às emissões de debêntures abaixo relacionadas, restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Assim, poderão vencer antecipadamente, caso a Companhia distribua dividendos ou realize quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, estando em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nas escrituras de emissão das debêntures ou no descumprimento de qualquer dos índices financeiros definidos, ressaltando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório as:

- 12ª emissão de debêntures da Companhia emitida em janeiro de 2022 em 2 séries, com vencimentos em 15 de janeiro de 2027/2032;
- 11ª emissão de debêntures da Companhia emitida em março de 2021, em três séries, com vencimentos em 15 de março de 2025/2029/2031;
- 10ª emissão de debêntures da Companhia realizada em março de 2020, com vencimento em 15 de março de 2027;
- 9ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 16 de junho de 2019, em 2 séries, com vencimentos em 16 de junho de 2024/2026;
- 8ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 21 de junho de 2018, com vencimento em 21 de junho de 2023;
- 7ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de novembro de 2011, em 4 séries, com vencimentos em 15 de novembro de 2038;
- 4ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de julho de 2018, em 2 séries, com vencimentos em 15 de julho de 2027;
- 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de agosto de 2011, em 3 séries, com vencimentos em 16 de agosto de 2024.

Para mais informações sobre as referidas debêntures, ver item 12.3 do Formulário de Referência.

- e. **se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Política de Dividendos formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, em sua 4ª Reunião Extraordinária realizada em 30 de maio de 2017.

A referida política estabelece os princípios e diretrizes quanto ao pagamento dos dividendos pela Companhia. Os limites e critérios estabelecidos estão fundamentados na Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), no Estatuto Social da Companhia e em deliberações do Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral da Companhia.

A referida política está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando** (correspondente ao item 2.8 do Formulário de Referência):

**a. ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido indicando respectivos passivos;**

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

**(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

**(iii) contratos de construção não terminada;**

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;**

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis;**

Não se aplica.

**Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar** (correspondente ao item 2.9 do Formulário de Referência):

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia**

Não se aplica.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não se aplica.

**Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos** (correspondente ao item 2.10 do Formulário de Referência):

**a. investimentos, incluindo:**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Fundamental para o desenvolvimento humano, o saneamento requer investimentos constantes para a garantia e a melhoria dos serviços prestados, seja no abastecimento de água ou na coleta e tratamento de esgoto. A Companhia fez as adequações em seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para atender à Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, complementada pelo Decreto nº 10.710, de maio de 2021.

Este Plano de Investimentos, elaborado para um ciclo de cinco anos, é denominado Plano Plurianual de Investimentos – PPI e é revisado anualmente com a participação do corpo gerencial da Companhia.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Paraná (AGEPAR) emitiu o atestado de capacidade econômico-financeira da Sanepar para o atendimento a 310 municípios, após afastar a ressalva quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção de tal atestado. A AGEPAR também reafirmou sua inclusão como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos.

O desafio é grande porque o esgotamento sanitário precisa avançar em municípios pequenos, com base de usuários reduzida e sujeita a capacidade de pagamento dos usuários – muitas vezes beneficiários de subsídios como Água Solidária. As obras para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário são, em muitas localidades, complexas e caras – o subsídio cruzado é fundamental para alcançar as metas de universalização. A Companhia está preparada para superar os entraves e atender as metas de universalização.

A Sanepar vem trabalhando para atender essas localidades, estudando alternativas que garantam serviços de qualidade sem prejudicar a sustentabilidade econômica da Companhia. Foram investidos, entre 2018 e 2022, R\$ 6,1 bilhões em implantações, ampliações e reposição de ativos. Nos próximos cinco anos, até 2027, o PPI prevê outros R\$ 10,7 bilhões, dos quais: R\$ 6,5 bilhões nos sistemas de esgoto, R\$ 3,8 bilhões na distribuição de água tratada e R\$ 0,4 bilhão em outros serviços.

Adicionalmente, a Companhia aprovou na 21ª/2022 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 07 de dezembro de 2022 o Programa de Investimentos para o período de 2023 a 2027. O programa de investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

<b>Investimentos previstos para o período de 2023 a 2027</b>	
<b>Anos</b>	<b>R\$ Milhões</b>
2023	2.011,4
2024	2.536,2
2025	2.527,4
2026	2.005,2
2027	1.657,5
<b>Total</b>	<b>10.737,7</b>

A Companhia busca por meio destes recursos estar alinhada com os seus objetivos estratégicos e eixos norteadores:

- Sustentabilidade – Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; conservar o meio ambiente; promover a responsabilidade social.
- Clientes e Poder Concedente - Manter e ampliar o mercado; elevar a satisfação e fidelizar os clientes; fortalecer a imagem da empresa.
- Processos – Garantir a qualidade dos produtos e serviços; aprimorar e inovar projetos e processos; assegurar as práticas regulatórias e de governança corporativa.
- Aprendizado e Crescimento – Fortalecer a cultura da inovação; aperfeiçoar o conhecimento, as habilidade e atitudes; desenvolver o ambiente organizacional.

### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os recursos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos são oriundos de recursos próprios, bem como de terceiros, que a Administração pretende obter via contratação de novos financiamentos com instituições financeiras, além das linhas já contratadas e em fase de desembolso.

### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não está em andamento ou prevista a realização de qualquer desinvestimento relevante.

### **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

Além da participação acima e dos investimentos realizados em sistemas de saneamento básico no Estado do Paraná, não foram adquiridos outros ativos que possam influenciar materialmente em sua capacidade de prestação de serviços.

### **c. novos produtos e serviços**

#### **(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

- Monitoramento em tempo real de ativos naturais e construídos (rios, reservatórios, barragens), além do monitoramento climático;
- Avaliação de novas estratégias técnico-científicas, a exemplo da hidrossemeadura de nuvens visando a indução de chuvas localizadas e sua quantificação nas principais bacias de contribuição do sistema de abastecimento da RMC;
- Desenvolvimento de sistema inteligente de monitoramento e segurança de barragens;
- Avaliação das soluções baseadas na natureza como estratégia de resiliência hídrica;
- Epidemiologia baseada no esgoto como ferramenta de vigilância sanitária;
- Estudos sobre o uso do biogás como combustível para promover termicamente a secagem e a higienização de lodo de esgoto, geração de energia elétrica e produção de biometano e hidrogênio;
- Usina solar flutuante em reservatórios de água;

- Geração hidroenergética em infraestruturas sanitárias;
- Estudo de alternativas para sistemas descentralizados de tratamento de esgoto;
- Uso de nanobolhas para o tratamento de águas urbanas e esgoto;
- Monitoramento inteligente de sistema de abastecimento de água;
- Detecção inteligente de perdas de água em redes de distribuição;
- Avaliação em escala piloto da secagem térmica de lodo com microondas e produção de pavers;
- Desenvolvimento de metodologias e processos para a recuperação e monitoramento de nutrientes a partir de águas residuais e sensoriamento da eficiência do processo;
- Monitoramento de micropoluentes na água e no esgoto;
- Estudo da aplicabilidade de bentonitas no tratamento da água;
- Construção de plataformas nanoestruturadas para a reforma fotoeletrocatalítica de biogás;
- Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental (PPPSA).

**(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2022, investiu-se R\$ 13 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

- Cooperação técnica e financeira firmada entre a Itaipu, a Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil e a Sanepar visando o desenvolvimento do projeto intitulado “Implantação de Sistemas Sustentáveis de Esgotamento Sanitário”;
- Implementação do sistema de secagem térmica de lodo de esgoto na ETE Atuba Sul (da pesquisa – 100 kg/h para a prática em escala – 5.000 kg/h);
- Utilização tecnologias para mitigação de gases de efeito estufa e combate aos maus odores, a exemplo da operação dos queimadores com alta eficiência em ETEs de Curitiba e Região Metropolitana;
- Desenvolvimento de diretrizes para contratação de novo sistema de gestão de faturas de energia elétrica e monitoramento em tempo real em mais de 800 unidades consumidoras da Sanepar;

- Migração de unidades consumidoras de energia elétrica da Sanepar para o mercado livre;
- Realização de estudos sobre água de reuso para fins industriais e sobre tratamento de efluentes industriais;
- Realização de estudo de pré-viabilidade para uso de fibra ótica em redes coletoras de esgoto (parceria IFC, Grupo Banco Mundial);
- Compensação de energia elétrica no sistema de geração hidroenergética do Aeroporto de São José dos Pinhais e na empresa CS Bioenergia S.A.;
- Ampliação da utilização de tecnologias modulares em estações de tratamento de esgoto (ETEs);
- Estudos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas em processos da Sanepar;
- Programa de Inovação Aberta no Setor de Saneamento Ambiental (Sanepar Startups);
- Estabelecimento da estratégia de conservação e reservação natural de água para aumento da resiliência hídrica em Curitiba e Região Metropolitana;
- Capacitação de profissionais da América Latina e África, no âmbito do Treinamento para Terceiros Países (parceria ABC/JICA-Japão).

#### **(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Conforme reportado no item (ii), em 2022, investiu-se R\$ 13 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

#### **d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Ciente da relevância social dos serviços que presta, a Sanepar busca prover aos clientes mecanismos para mantê-los abastecidos, independentemente do contexto e condição de vulnerabilidade. O principal é o Programa Água Solidária, destinado a famílias de baixa renda, identificadas em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf) nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que atendem aos requisitos estabelecidos na legislação.

Em 2022, a iniciativa atendia a 300.595 mil famílias, uma ampliação de 80.656 em relação da 2021. Os benefícios concedidos pelo Programa somaram R\$ 210 milhões no ano.

Ainda, a Sanepar também conta com o Programa Caixa D'Água Boa, que é realizado em parceria com o Governo do Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, com a participação dos Municípios, atende às famílias paranaenses em situação de vulnerabilidade social, por meio do fornecimento de kits de materiais para a instalação da caixa-d'água de 500 litros em suas residências, tendo papel de destaque no auxílio

às famílias no enfrentamento recente da pandemia e crise hídrica. Em 2022 foram beneficiadas 1.500 famílias em 54 Municípios.

Outra ação social da Sanepar é a isenção de cobrança da primeira ligação de esgoto para os clientes residenciais moradores de municípios que ainda não atingiram 90% no índice de atendimento com esgotamento sanitário. Tal iniciativa beneficiou 41 mil famílias em 2022.

A Sanepar aderiu, em março de 2022, ao Movimento +Água, que tem por objetivo impactar a vida de mais de 100 milhões de pessoas, bem como incentivar as empresas brasileiras a reconhecerem a urgência e a necessidade de promover ações concretas para acelerar a universalização do saneamento e a segurança hídrica do Brasil. A iniciativa faz parte do programa Ambição 2030, liderado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil.

Com a adesão à iniciativa, a Sanepar assume o compromisso de atuar para alcançar as metas de universalização do saneamento até 2033, em linha com o preconizado no Novo Marco Legal do Saneamento. A Companhia se compromete, ainda, a compartilhar seu progresso no tema com o Pacto Global. O monitoramento será realizado anualmente por meio de indicadores selecionados pelo Observatório 2030, também ligado ao Pacto, e o Painel Digital do Movimento +Água.

**Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção** (Correspondente ao item 2.11 do Formulário de Referência)

A Companhia destinou, em 2022, R\$ 1,3 milhão em patrocínios com recursos próprios e R\$ 12,2 milhões com Publicidade e Propaganda, este por meio de convênio estabelecido junto a Secretaria de Estado de Comunicação e Cultura.

A Sanepar realiza os investimentos em publicidade seguindo critérios técnicos. Além de selecionar as mídias com maior alcance, considerando o objetivo e o público que se deseja atingir com a mensagem, trabalha também levando em consideração às características regionais de suas atividades e de suas demandas. Se houver a necessidade de uma comunicação específica para uma região ou cidade, é feito o levantamento das mídias e estudado também o período e a frequência que melhores resultados podem gerar. As campanhas e as ações seguem este critério técnico e, institucionalmente, seguem uma estratégia de frequência que dê relevância à marca e às mensagens que a Companhia repassa,

Os critérios para destinação de recursos de patrocínio são estabelecidos pela [Política de Patrocínio da Sanepar](#), que está em sua quarta versão vigente desde 12/03/2019.

**3) DESCREVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, IDENTIFICANDO:** (correspondente ao item 7.1 do Formulário de Referência):

**a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

A Sanepar está estruturada de acordo com seu organograma disponível no sítio [ri.sanepar.com.br](https://ri.sanepar.com.br), Governança Corporativa, Administração, link:

<https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/administracao>.

O Programa de Integridade da Companhia tem como um de seus pilares a Governança, demonstrando como atuam os órgãos de administração da Sanepar, o referido programa está disponível no sítio [ri.sanepar.com.br](https://ri.sanepar.com.br), Governança Corporativa, Prática de Governança Corporativa, link:

<https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/praticas-de-governanca-corporativa>.

A Sanepar dispõe ainda de Política de Indicação que estabelece os critérios para indicação dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários. A referida política, bem como as demais da Companhia, encontra-se disponível no sítio [ri.sanepar.com.br](https://ri.sanepar.com.br), Governança Corporativa, Estatuto Códigos e Políticas, link:

<https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>

**b. mecanismos de avaliação de desempenho, informando:**

**(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência**

Consoante ao art. 75 do Estatuto Social, Lei 13.303/2016 e Código Brasileiro de Governança Corporativa: Companhias de Capital Aberto, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Companhia dispõe de um processo anual de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Executiva, de forma colegiada, bem como de cada um dos seus membros.

Além dos órgãos mencionados, o Conselho Fiscal, o Comitê de Elegibilidade e os titulares das gerências de Auditoria Interna, Secretaria Executiva e de Governança, Riscos e Compliance estão contemplados no processo de avaliação de desempenho da Companhia.

**(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

O processo de avaliação do ano de 2022 está baseado na publicação “Avaliação de Conselhos: Recomendações Práticas” do IBGC. A metodologia prevê a avaliação das responsabilidades e atividades desempenhadas, baseada em critérios quali-quantitativos, tanto dos órgãos quanto dos agentes de governança fundamentada nos valores da empresa. A avaliação individual considera o desempenho individual, por meio de competências técnicas e comportamentais dos avaliados, o potencial de desenvolvimento individual, a atuação do avaliado, o

relacionamento deste com os demais órgãos de governança, o cumprimento de suas atribuições e o entendimento sobre questões-chaves da empresa de competência do órgão que atua.

**(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Em 2022, o processo de avaliação foi conduzido por empresa externa, de forma a garantir a imparcialidade.

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses:**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral aquele que tiver interesse conflitante com a Sanepar.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

Conforme disposição do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Sanepar dispõe de Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses que visa estabelecer diretrizes e consolidar procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas ou controladas, empregados, administradores e acionistas em transações com Partes Relacionadas e para hipóteses de potenciais Conflitos de Interesses, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. Além da referida política, a Companhia trata da questão de conflito de interesses em seu Código de Conduta e Integridade conceituando o tema e determinando as condutas a serem seguidas.

Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses

<https://ri.sanepar.com.br/docs/Sanepar-2022-12-15-kkPhtwwq.pdf>

Código de Conduta e Integridade

<https://ri.sanepar.com.br/docs/Sanepar-2023-01-02-Hhk7w6Qw.pdf>

Código de Conduta e Integridade para Terceiros

<https://ri.sanepar.com.br/docs/Outros-Sanepar-2023-03-01-cB8cQ8Hq.pdf>

d. por órgão:

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

2022 – Órgão da Administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros
Diretoria	2	7	0	0
Conselho de Administração – Efetivo*	1	8	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0
Conselho Fiscal Suplentes	0	5	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

\*O Diretor-presidente Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

2022 - Órgão da Administração	Amarelo	Branco	Preto	Indígena	Outros
Diretoria	0	9	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivo*	0	9	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho Fiscal Suplentes	0	5	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

\*O Diretor-presidente Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Sanepar está em processo de aprovação da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes e compromissos para que a atuação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, assegure respeito, inclusão, equidade, e valorização à diversidade humana no desenvolvimento de suas atividades, em todas as regiões onde está presente e em todos os seus processos. Junto ao processo da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, está o Regimento Interno do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Sanepar monitora sistematicamente os riscos corporativos de seu portfólio, tal acompanhamento é realizado por todos os níveis da organização, passando pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Dentre os riscos corporativos, possui um risco específico vinculado às mudanças climáticas e seus possíveis impactos para atingir os objetivos da Companhia. Além disso,

conforme a Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, estão definidas as diretrizes e responsabilidades das 3 linhas para enfrentamento dos riscos e oportunidades aos objetivos corporativos, dentre eles, os relacionados ao clima.

**4) EM RELAÇÃO A CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA (correspondente ao item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**

**PROPOSTA COM OS CANDIDATOS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal é composto de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, indicados pelos acionistas: 3 titulares e suplentes pelo acionista controlador, 1 titular e suplente pelos acionistas ordinaristas minoritários e 1 titular e suplente pelos acionistas preferencialistas.

O acionista controlador indica 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, indicando na presente Assembleia Geral, 2 (dois) novos membros titulares e a recondução de 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) titular e os demais suplentes, para a composição do Conselho Fiscal.

A análise da documentação dos indicados foi realizada, individualmente, por meio dos Protocolos elencados no quadro abaixo, encaminhados ao Comitê de Elegibilidade da Companhia, que emitiu parecer favorável, concluindo que os indicados não incidem em quaisquer hipóteses de vedações gerais ou específicas do art. 17 da Lei nº 13.303/2016, possuem formações acadêmicas compatíveis com os cargos e ainda suprem os requisitos legais de experiência profissional.

Até o momento da publicação da presente proposta, não foram indicados candidatos à eleição, por parte dos acionistas ordinaristas minoritários (1 posição titular e 1 posição suplente) e dos acionistas preferencialistas (1 posição titular e 1 posição suplente).

Dessa forma, a 59ª Assembleia Geral Ordinária instaura a eleição e/ou recondução dos candidatos elencados para Membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho Fiscal, conforme tabela:

NOME	INDICAÇÃO	PROTOCOLO
Adriano Rogério Goedert	Acionista Controlador (eleição) Membro Titular	20.251.993-8
Enzo Molinari	Acionista Controlador (recondução) Membro Suplente	20.257.772-5
Jeriel dos Passos	Acionista Controlador (eleição) Membro Titular	20.252.410-9
João Elias de Oliveira	Acionista Controlador (recondução) Membro Suplente	20.257.767-9
Henrique Domakoski	Acionista Controlador (recondução) Membro Titular	20.256.516-6
Daniel Ricardo Andreatta Filho	Acionista Controlador (recondução) Membro Suplente	20.257.777-6
André Luís Rennó Guimarães	Acionista Preferencialista (eleição) Membro Titular	20.284.041-8

Fabio Davidovici	Acionista Preferencialista (eleição) Membro Suplente	20.282.053-0
------------------	---	--------------

### 7.3 CONSELHO FISCAL – CANDIDATOS

#### a) Dados pessoais:

- 1) NOME:** Adriano Rogério Goedert  
**DATA DE NASCIMENTO:** 12/05/1969  
**PROFISSÃO:** Administrador/Professor  
**CPF:** 654.614.959-15  
**CARGO:** MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 28/04/2023  
**DATA DA POSSE - mandato:** 29/04/2023  
**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

#### b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Pós Doutorado Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE); Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC); Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC); Bacharel em Administração (UDESC / ESAG); Concluinte do Curso de Bacharelado em Direito (UNISANTACRUZ).

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** GRG Consultoria e Assessoria Ltda - Setor de Atividades: Atividades de Consultoria e assessoria em gestão empresarial / Atividades de apoio à educação / Treinamento em desenvolvimento profissional e Gerencial - Cargo: Sócio Administrador; Sociedade Garantidora de Crédito – Garantissul (Garanticoop Metropolitana) - Setor de Atividades: serviços financeiros - Cargo: Membro do Comitê de Crédito; Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR) - Setor de Atividades: conselho profissional - Cargo: Membro Voluntário da Comissão Especial de Perícias; Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba (UNISANTACRUZ) - Setor de Atividades: Educação - Cargo: Pró Reitor Administrativo e Financeiro / Professor / Membro do Conselho Superior Universitário; Centro

Universitário FAE - Setor de Atividades: Educação Cargo: Coordenador do Curso de Negócios / Professor/ Membro do Conselho Superior Universitário; Centro Universitário UNICURITIBA - Setor de Atividades: Educação - Cargo: Pró Reitor Acadêmico / Professor/ Membro do Conselho Superior Universitário; Centro Univeristário CESUMAR – UNICESUMAR - Setor: Educação - Cargo: Diretor do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. / Professor/ Membro do Conselho Superior Universitário; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo SUL (BRDE – Santa Catarina) - Setor de Atividades: Financeiro - Cargo: Assessor da Diretoria Administrativo / Planejamento – Técnico de Desenvolvimento.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**

- Pró Reitor Administrativo Financeiro
- Pró Reitor Acadêmico
- Membro do Comitê de Crédito
- Membro da Comissão Especial de Perícias do CRA-PR
- Membro do Conselho da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP)
- Membro do Conselho Superior Universitário
- Diretor do Centro Sociais Aplicadas e Humanas
- Assessor da Diretoria Administrativa e Planejamento
- Conselheiro do Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR)
- Delegado Conselho de Administração no Paraná na Cidade de Maringá

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro titular do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

**2) NOME:** Enzo Molinari

**DATA DE NASCIMENTO:** 22/09/1985

**PROFISSÃO:** Contador

**CPF:** 054.226.609-19

**CARGO OCUPADO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 24/04/2019

**DATA DA POSSE - mandato:** 25/04/2019

**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 25/04/2021

**DATA DE ELEIÇÃO – 1ª recondução:** 22/04/2021

**DATA DA POSSE - 1ª recondução:** 22/04/2021

**PRAZO DO MANDATO – 1ª recondução:** 19/04/2023

**DATA DE ELEIÇÃO – 2ª recondução:** 28/04/2023

**DATA DA POSSE – 2ª recondução:** 29/04/2023

**PRAZO DO MANDATO – 2ª recondução: 27/04/2025**

**INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR**

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Graduação em Administração – Universidade Federal do Paraná –UFPR; MBA em Gestão Estratégica de Serviços pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** Petróleo Brasileiro S/A - Administrador Sênior.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**

Não há.

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro suplente do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

**3) NOME:** Jeriel dos Passos

**DATA DE NASCIMENTO:** 25/10/1986

**PROFISSÃO:** Advogado

**CPF:** 053.300.189-78

**CARGO:** MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 28/04/2023

**DATA DA POSSE - mandato:** 29/04/2023

**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Advogado - Faculdades Integradas do Brasil – UNIBRASIL.

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** Escritório de Advocacia Passos e Prudenciano Advocacia - Advogado e Sócio Administrador.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**  
Não há.

c) **Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

i) **Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) **Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

iii) **Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro titular do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

**4) NOME:** João Elias de Oliveira

**DATA DE NASCIMENTO:** 02/10/1944

**PROFISSÃO:** Advogado

**CPF:** 014.058.619-91

**CARGO OCUPADO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 24/04/2019

**DATA DA POSSE - mandato:** 25/04/2019

**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 25/04/2021

**DATA DE ELEIÇÃO – 1ª recondução:** 22/04/2021

**DATA DA POSSE - 1ª recondução:** 22/04/2021

**PRAZO DO MANDATO – 1ª recondução:** 19/04/2023

**DATA DE ELEIÇÃO – 2ª recondução:** 28/04/2023

**DATA DA POSSE – 2ª recondução:** 29/04/2023

**PRAZO DO MANDATO – 2ª recondução:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Bacharel em Direito – Universidade Estadual de Londrina (1972); Master in Law, L.L.M, Business & Law – Faculdade de Economia e Finanças IBMEC/EBS (2009); Pós-Graduação em Comércio Exterior – Faculdade de Economia São Luiz, São Paulo (1976); Pós-Graduação em Gerência de Comércio Exterior – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (1976); Curso do Direito do Comércio Internacional, Extensão, Faculdade de Direito – USP (1979); Curso de Capacitação em Direitos Humanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos, Brasília (1996).

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** Agência de Fomento do Paraná S.A. – Chefe de Gabinete da Presidência no período: 2013 a 2015; Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB – Presidente no período: 1988 a 2011, Diretor Administrativo-Financeiro no período: 2005 a 2010 e Advogado Sênior no período: 1988 a 2005; Prefeitura Municipal de Curitiba – Assessor do Gabinete do Vice-Prefeito no período: 2002 a 2004; Governo do Estado do Paraná – Secretário e Estado com funções de Ouvidor-Geral (1995-2001); Assessor de Governadoria (2001-2002); Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Fundiários do Paraná (1986); Oliveira, Stier e Raggiotto Advogados Associados, Curitiba (1985-1994 – advogado titular); Grupo Companhia Cacique de Café Solúvel – Londrina e São Paulo (1968-1980) – Executivo de comércio internacional atuando nas seguintes empresas do grupo: Trader na área do Leste Europeu, Cacique Exportadora e Importadora S/A (1979-1980); Gerente de Importação e Exportação – Cipari genética Animal S/A (1971/1979) e Analista de Exportação (Cia Cacique de Café Solúvel (1968-1972).

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**

- Conselho de Avaliação da Fomento Paraná, de 2015 a 2019
- Presidente do Conselho de Administração da Celepar, de 2019 a 2023
- Conselho Fiscal suplente da Sanepar, de 2019 a 2023

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro suplente do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

**5) NOME:** Henrique Domakoski

**DATA DE NASCIMENTO:** 29/07/1984

**PROFISSÃO:** Administrador de Empresas

**CPF:** 050.670.869-12

**CARGO OCUPADO:** MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 28/04/2022

**DATA DA POSSE - mandato:** 28/04/2022

**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 19/04/2023

**DATA DE ELEIÇÃO – 1ª recondução:** 28/04/2023

**DATA DA POSSE - 1ª recondução:** 29/04/2023

**PRAZO DO MANDATO – 1ª recondução:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Bacharel em Administração de Empresas - FAE Centro Universitário (UNIFAE); Bacharel em Direito - Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba); MBA – Gestão Estratégica de Negócios - Fundação Getúlio Vargas (FGV); One Year Visiting Fellows Program - MIT Sloan School of Management; Especialização em Transformação Digital pela Columbia University.

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** Vice Presidente Global de Marketing & Vendas (Jul 2021 até o presente momento) da Shape Digital. Shape Digital - A empresa fornece soluções digitais com foco em manutenção preditiva com foco no setor de O&G; Vice presidente da ACP, Associação Comercial do Paraná; Superintendente Geral de Inovação do Estado do Paraná (Jun 2019 – Mar 2021) - A Superintendência Geral de Inovação do Governo do Estado do Paraná tem por objetivo coordenar a política de estímulo à inovação do Estado do Paraná; Fundador & CEO da TROC (de maio de 2016 a novembro de 2018) - Empresa de tecnologia que atua na indústria da moda. Adquirida pelo Grupo Arezzo & Co em 2020; Sócio há mais de 10 anos BNH, empresa que atua no setor de Papel & Celulose.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**

- Vice Presidente Global de Marketing & Vendas da Shape Digital
- Vice presidente da ACP, Associação Comercial do Paraná

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro titular do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

**6) NOME:** Daniel Ricardo Andreatta Filho

**DATA DE NASCIMENTO:** 30/11/1976

**PROFISSÃO:** Advogado

**CPF:** 020.991.059-36

**CARGO OCUPADO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 24/04/2019  
**DATA DA POSSE - mandato:** 25/04/2019  
**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 25/04/2021

**DATA DE ELEIÇÃO – 1ª recondução:** 22/04/2021  
**DATA DA POSSE - 1ª recondução:** 22/04/2021  
**PRAZO DO MANDATO – 1ª recondução:** 19/04/2023

**DATA DE ELEIÇÃO – 2ª recondução:** 28/04/2023  
**DATA DA POSSE – 2ª recondução:** 29/04/2023  
**PRAZO DO MANDATO – 2ª recondução:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA CONTROLADOR

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Bacharel em Direito – UNIVEL (2004); Especialização em Direito do Trabalho – PUC/PR (2005); Mestrado em Direito da Personalidade – CESUMAR (2010); Pós-Graduação em Direito Eleitoral – Universidade Positivo (2020).

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** Fomento Paraná – Administração: Membro do Conselho de Administração; Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar: Membro do Conselho Fiscal; CEASA/PR – Administração: Membro do Conselho de Administração.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**

- Conselho de Administração da Fomento Paraná
- Conselho de Administração do CEASA/PR
- Conselho Fiscal suplente da Sanepar

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro suplente do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

7) **NOME:** André Luís Rennó Guimarães

**DATA DE NASCIMENTO:** 20/07/1973

**PROFISSÃO:** Administrador de Empresas

**CPF:** 163.112.198-75

**CARGO:** MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 28/04/2023

**DATA DA POSSE - mandato:** 29/04/2023

**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA PREFERENCIALISTA

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Graduado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV, Dezembro de 1994; MBA pela University of Chicago, Booth Graduate School of Business, Class of 2022; Owner/President Management Program pela Harvard.

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** H2 INTERNATIONAL GROUP, LLC (Gambling) - (Julho 2022 – presente) - CFO; ALERCE FUND, SPC (Venture Capital) – (Julho 2016 – presente) – Sócio Fundador.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:** Não há.

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro titular do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

---

**8) NOME:** Fabio Davidovici

**DATA DE NASCIMENTO:** 10/06/1976

**PROFISSÃO:** Administrador

**CPF:** 256.215.938-12

**CARGO OCUPADO:** MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

**DATA DE ELEIÇÃO - mandato:** 28/04/2023

**DATA DA POSSE - mandato:** 29/04/2023

**PRAZO DO MANDATO – mandato:** 27/04/2025

**INDICAÇÃO:** ACIONISTA PREFERENCIALISTA

**b) Currículo, contendo as principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**i) cargos e funções exercidos no emissor:** Não exerce outros cargos e funções no emissor.

**ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:** Não se aplica.

**FORMAÇÃO:** Graduado em Engenharia Civil pela POLI - USP / 1998; PMD IESE 2013; CFA (três níveis completos); MBA na FGVSP/2003 ( CEAG ); Pós-graduado em Supply Chain Management pela APICS – CPIM.

**PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:** Aramis (líder no varejo de moda masculina , investida pelo fundo 2Bcapital do Bradesco) – (Jun/14 a atual) – CFO/COO; ASK (Multinacional Europeia focada em fusões e aquisições) – (Mai/09 a Out/13) – CEO e sócio executivo; Conductor Tecnologia (Fintech investida pela Riverwood Capital e Visa) - (Dez/07 a Mar/09) – CFO; Avianca - (Jul/04 a Nov/07) – COO; Grupo Somos Educação (Ática e Scipione) - (Jun/01 a Jun/04) – Gerente de Planejamento e Controle de Operações.

**Indicação de todos os cargos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, sociedades e outras entidades:**  
Não há.

**c) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i) Qualquer condenação criminal**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

**ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

**iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O referido candidato a membro suplente do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores/conselheiros fiscais do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

**b) (i) administradores do emissor/conselheiros fiscais e**

**(ii) administradores/conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

**c) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e**

**(ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

**d) (i) administradores/conselheiros fiscais do emissor e**

**(ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor**

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais 2020, 2021, 2022 e exercício em curso, entre administradores/conselheiros fiscais do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor:**

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais e até o presente do exercício corrente, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

Adicionalmente, informamos que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía controladas.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

**5) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES** (correspondente ao item 8 do Formulário de Referência)

**8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração:**

A política de remuneração da Companhia para os administradores, incluindo os membros do Comitê de Elegibilidade, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, e dos seus órgãos de assessoramento Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico, está alinhada às melhores práticas de mercado, observando o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social, sempre com a visão de estimular o alinhamento dos objetivos à produtividade e à eficiência, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

O objetivo da política e prática de remuneração também busca alinhar os interesses da Companhia com os interesses dos seus colaboradores, a fim de atrair e reter profissionais qualificados.

De acordo com a Deliberação Normativa do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCEE nº 1, de 17 de dezembro de 2015, e suas atualizações subsequentes, o CCEE fixará de acordo com as diretrizes do Governo, os limites máximos de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários.

Adicionalmente, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, do item VII do artigo 18 e do artigo 33 do Estatuto Social, a Assembleia Geral aprova o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Os critérios e limites para a remuneração dos executivos da Sanepar é estabelecido pelo CCEE, que os define de acordo com os estudos e levantamentos da remuneração paga para os executivos de outras empresas, nas quais o Estado é o acionista controlador, direta ou indiretamente.

**b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:**

Após a fixação da remuneração global em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia implementa a remuneração individual para os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:**

Os critérios e limites para a remuneração dos Administradores da Sanepar é estabelecido pelo CCEE, que os define de acordo com estudos e levantamentos da remuneração paga para os executivos de outras empresas, nas quais o Estado é o acionista controlador, direta ou indiretamente, observada a proporcionalidade de 15% da remuneração mensal do Diretor-Presidente para a definição da remuneração máxima dos membros do Conselho de Administração.

**(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:**

A Companhia não possui a referida política, no entanto anualmente a remuneração individual é revisada observados os limites descritos no item ii.

### **c. composição da remuneração:**

**(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **Objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A Companhia entende que a remuneração paga aos membros do Comitê de Elegibilidade, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, e dos seus órgãos de assessoramento Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico motiva o empenho destes executivos no fortalecimento dos seus interesses, no desenvolvimento das políticas de gestão e na administração dos serviços de saneamento básico.

#### **Remuneração Fixa**

##### **Diretoria**

A Remuneração fixa anual da Diretoria Executiva corresponde aos seguintes itens:

##### **Salário**

O salário base é aprovado em reunião do Conselho de Administração e em Assembleia Geral, e pago mensalmente para cada diretor, em 12 (doze) parcelas, com o objetivo de remunerar os serviços prestados.

##### **13º Salário**

A política de remuneração fixa da Companhia visa a estimular o alinhamento dos objetivos, a produtividade e a eficiência dos membros da Diretoria Executiva, bem como manter a competitividade no mercado em que atua.

A política de remuneração fixa destinada aos membros da Diretoria Executiva tem como principais objetivos:

- (i) atrair executivos altamente qualificados, por meio de instrumentos em linha com as melhores práticas de mercado;
- (ii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos; e
- (iii) incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos executivos.

##### **Benefícios Diretos e Indiretos**

**Vale Alimentação/Refeição**, que é concedido em forma de crédito recebido de forma indireta, por meio de cartão eletrônico, para ser utilizado exclusivamente para refeições ou aquisição de produtos alimentícios.

**Coparticipação no Plano de Saúde**, que tem como objetivo contribuir com o custo do plano de saúde, diz respeito ao valor pago mensalmente pela Sanepar, de 70% de participação, como patrocinadora do plano de saúde.

**Coparticipação no Plano Previdenciário**, que tem como objetivo participar da formação do capital que servirá para complementar a aposentadoria, corresponde ao valor pago mensalmente referente a participação da Sanepar como patrocinadora, no plano de previdência privada.

A política de benefícios diretos e indiretos praticados pela Sanepar segue a mesma política praticada para os empregados da Companhia tanto para os Diretores Empregados quanto para os Não Empregados, que podem optar pelo benefício direto como o plano de saúde e plano de previdência privada.

A política de concessão de benefícios aos membros da Diretoria Executiva tem por objetivo proporcionar uma maior segurança econômica e bem-estar social aos administradores.

### **Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração farão jus apenas a remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

### **Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal farão jus apenas a remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, proporcional à participação dos conselheiros (membro efetivo e membro suplente, quando aplicável) nas reuniões, em 12 (doze) parcelas.

### **Comitê Técnico**

Os membros do Comitê Técnico farão jus apenas a remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

### **Comitê de Auditoria Estatutário**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário farão jus apenas a remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

### **Comitê de Elegibilidade**

Os membros do Comitê de Elegibilidade farão jus apenas a remuneração mensal fixa, com limite estabelecido pelo CCEE, em 12 (doze) parcelas.

### **Remuneração Variável**

A Companhia possui o Programa de Participação nos Resultados – PPR baseado no resultado dos indicadores de desempenho mais representativos para o negócio da Companhia. Atualmente, o valor distribuído é igualitário para todos os empregados da Companhia (Decreto nº 1.978 de 20 de dezembro de 2007 e suas alterações), com periodicidade de pagamento

anual, tendo a base de cálculo os lucros ou resultados globais, não havendo a incidência de encargos trabalhistas, sendo sua oficialização por meio de acordo com os trabalhadores.

- **Proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a remuneração fixa representou, respectivamente, 100%, 100% e 100% da remuneração total dos diretores da Companhia, enquanto a participação nos resultados representou, respectivamente, 0,0%, 0,0% e 0,0% da remuneração total dos diretores da Companhia.

- **Metodologia de cálculo e de reajuste**

Os reajustes da remuneração dos Conselheiros de Administração, da Diretoria Executiva, dos Conselheiros Fiscais, dos membros do Comitê de Elegibilidade, dos órgãos de assessoramento Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico é anual, de acordo com a Assembleia Geral

Ordinária e Reunião do Conselho de Administração, observado o limite máximo definido pelo CCEE. O CCEE estabelece os critérios de remuneração e reajuste por meio de estudos, levantamentos e comparações com o mercado.

Após a conclusão dos referidos estudos, levantamentos e comparações com o mercado, a CCEE estabelece a remuneração e/ou o seu reajuste, de forma discricionária, dependendo do grupo em que a Companhia se encontra, por meio de Nota Técnica da Política de Remuneração e reajuste dos Administradores, Conselheiros da Companhia e Órgãos de Assessoramento.

Na classificação do CCEE, a Sanepar encontra-se no Grupo 1, que compreende as Sociedades de Economia Mista não dependentes e com ações negociadas em bolsa.

- **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Na remuneração individual dos membros da Diretoria Executiva, não são levados em consideração indicadores de desempenho e, sim os limites estabelecidos pelo CCEE. Conforme consta no Estatuto Social da Companhia, há a aprovação de forma global pela Assembleia Geral Ordinária e definição e aprovação de forma individual pelo Conselho de Administração.

Até o exercício social de 2018, a remuneração referente ao plano de participação nos resultados dos Diretores era estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho. Entre os exercícios sociais de 2019 e 2022, os Diretores não receberam o PPR, conseqüentemente não há reflexo dos indicadores de desempenho.

## **(ii) razões que justificam a composição da remuneração**

Os critérios e limites para a remuneração dos executivos da Sanepar é estabelecido pelo CCEE, que os define de acordo com os estudos e levantamentos da remuneração paga para os executivos de outras empresas, nas quais o Estado é o acionista controlador, direta ou indiretamente.

**(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:**

A Companhia informa que não existem membros da administração não remunerados pela Companhia.

**d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:**

Na Companhia não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos. Adicionalmente, a Companhia não possui subsidiárias ou controladas.

**e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor:**

Não houve remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal (correspondente ao item 8.2 do Formulário de Referência)**

ANOS	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
2023*	8.273.787,23	1.098.366,24	457.652,10
2022	7.881.585,40	1.055.081,28	439.617,00
2021	7.917.941,42	994.633,92	439.617,00
2020	7.584.726,34	952.870,29	439.617,00

\* As remunerações para 2023 estão apresentadas com base em estimativa.

**Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (correspondente ao item 8.3 do Formulário de Referência)**

Entre os exercícios sociais de 2019 a 2022 não houve o pagamento da remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva.

**Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente (tabela a – k) (correspondente ao item 8.4 do Formulário de Referência)**

A Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

**Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária (tabela a – e) (correspondente ao item 8.5 do Formulário de Referência)**

A Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

**Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária (tabela a – j)** (correspondente ao item 8.6 do Formulário de Referência)

A Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

**Em relação às opções em aberto do conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social (tabela a – f)** (correspondente ao item 8.7 do Formulário de Referência)

No exercício social encerrado em 2022, não havia opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

**Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais (tabela a – g)** (correspondente ao item 8.8 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, não houve opções exercidas, nem ações entregues, relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

**Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária (tabela a - d)**(correspondente ao item 8.9 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, não houve remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

**Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária tabela (a – i)** (correspondente ao item 8.10 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, não houve outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

**Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais tabela (a – g)** (correspondente ao item 8.11 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, não houve outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

**Descrição sumária das informações necessárias para compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método da precificação do valor das ações e das opções tabela (a – e)** (correspondente ao item 8.12 do Formulário de Referência)

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, a Companhia não possuía remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva

assim como não existia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva no final do último exercício social, portanto, não há método de precificação do valor das ações e das opções.

**Informar a quantidade de ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão** (Correspondente ao item 8.13 do Formulário de Referência)

No encerramento do exercício social de 2022, 1 membro da Conselho de Administração detinha participação acionária de 02 Units.

**Em relação aos planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários** (correspondente ao item 8.14 do Formulário de Referência)

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Nº de membros <sup>(1)</sup>	4 (quatro)
Nº de membros remunerados	4 (quatro)
Nome do Plano	FusanPrev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0 (zero)
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) Idade mínima igual ou superior a 43 anos de idade; (ii) Mínimo de 10 anos ininterruptos de vinculação ao FusanPrev; e (iii) Término do vínculo patronal.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 265.089,02
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 73.283,32
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Exercer o desligamento do beneficiário junto a Companhia

<sup>(1)</sup> corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, de acordo com o disposto no Ofício Circular CVM/SEP/02/2016.

**Remuneração máxima, mínima e média do conselho de administração (CA), da diretoria estatutária e do conselho fiscal (CF)** (correspondente ao item 8.15 do Formulário de Referência)

ANOS	ÓRGÃO	Nº DE MEMBROS	Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO MÉDIA
2022	CA	9,00	8,00	131.885,16	131.885,16	131.885,16
	DIRETORIA	9,83	9,83	1.273.784,12	677.181,82	1.059.855,48
	CF	5,00	5,00	87.923,4	87.923,4	87.923,4
2021	CA	8,58	7,58	131.885,16	131.885,16	131.885,16
	DIRETORIA	10,0	10,0	1.320.679,09	638.956,27	1.052.645,13
	CF	5,00	5,00	87.923,4	87.923,4	87.923,4
	CA	8,50	7,50	131.885,16	131.885,16	127.049,37

2020	DIRETORIA	9,92	9,92	1.310.213,06	633.583,37	1.032.534,72
	CF	5,00	5,00	87.923,40	87.923,40	87.923,40

**Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor (correspondente ao item 8.16 do Formulário de Referência)**

A Companhia não possui arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os seus administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto (correspondente ao item 8.17 do Formulário de Referência)**

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, não foi reconhecido no resultado da Companhia nenhum valor referente à remuneração total ou parcial de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos e indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam o assunto.

Não há previsão para o exercício social corrente.

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados (correspondente ao item 8.18 do Formulário de Referência)**

Nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 2022, 2021 e 2020, não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não há previsão para o exercício social corrente.

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos (correspondente ao item 8.19 do Formulário de Referência)**

Não há valores reconhecidos nos resultados dos exercícios sociais da Companhia, encerrados em 2022, 2021 e 2020, de controladores, diretos ou indiretos, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal. Adicionalmente, como já relatado, a Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”. Também não há previsão de reconhecer valores desta natureza no resultado do exercício social de 2023.

**Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes** (correspondente ao item 8.20 do Formulário de Referência)

Todas as informações julgadas relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 6) PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE GOVERNANÇA

Aprovar o montante global de provisão para a Remuneração dos Agentes de Governança (Administradores, Membros de Conselhos e Comitês) da Companhia para o exercício de 2023, no valor de R\$ 16.474.623,57 (Dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos).

Remuneração para Diretores 2023	<b>8.273.787,23</b>
Encargos Sociais	<b>5.180.328,73</b>
Remuneração para Conselhos 2023	<b>1.556.018,34</b>
Encargos Sociais	<b>311.203,71</b>
Remuneração para Comitês 2023	<b>961.071,30</b>
Encargos Sociais	<b>192.214,26</b>
<b>Montante previsto para 2023</b>	<b>16.474.623,57</b>

Informamos que, na presente proposta, há a aplicação de reajuste de 5,47% referente ao INPC (março/2022 a fevereiro/2023) na remuneração dos Agente de Governança.

Há, também, a aplicação do referido reajuste INPC acima citado no Vale Alimentação e na Gratificação de Férias ACT.

Ainda, constam o pagamento de Abono Indenizatório e de Participação nos Resultados – PPR.

## 7) DEMONSTRATIVO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DE LUCROS DO EXERCÍCIO DE 2022 E PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (Em milhares de Reais)

### Proposta para a Destinação dos Lucros

<b>Composição do saldo de Lucros Acumulados</b> (Em milhares de Reais)	<b>2022</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	4.576
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	136
Lucro Líquido do Exercício	1.151.538
<b>Destinações</b>	
(i) Reserva de Incentivos Fiscais	(55)
(ii) Reserva Legal	(57.574)
(iii) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(432.623)
(iv) Reserva de Lucro para Plano de Investimentos	(665.998)

#### (i) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$ 55 mil, referente a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

#### (ii) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$ 57,6 milhões, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

#### (iii) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias. A Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada Unit formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários, como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Esses valores estão sujeitos a incidência de imposto de renda na fonte que são recolhidos pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, na conta de lucros acumulados.

As propostas para o crédito contábil dos Juros Sobre o Capital Próprio em substituição aos Dividendos Obrigatórios, referente ao exercício de 2022, foram aprovadas na 6ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 23 de junho de 2022 e na 12ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 15 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	<b>2022</b>
Lucro Líquido do Exercício	1.151.538
Doações e Subvenções Governamentais	(55)
Constituição da Reserva Legal	(57.574)
Base de Cálculo para os Dividendos	1.093.909
Dividendos Estatutários (25%)	273.477
Dividendos Complementares	159.146
<b>Dividendos Propostos</b>	<b>432.623</b>

A remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, e sob a forma de dividendos complementares, por ação, é a seguinte:

<b>Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>2022</b>
Ações Ordinárias	0,26839
Ações Preferenciais	0,29522
1 Units	1,44928

#### **(iv) Reserva de Lucro para Plano de Investimentos**

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 666 milhões dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

#### **Participação nos Resultados**

A Lei nº 10.101, de 19/12/2000, estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República.



Em conformidade com a citada Lei, bem como ao Acordo Coletivo de Trabalho específico e cumpridas integralmente as determinações do Decreto Estadual nº 1.978, de 20/12/2007, a Administração da Companhia propõe a distribuição, referente à participação nos resultados, no montante de R\$ 88,1 milhões, a serem pagos aos seus empregados. Esse valor encontra-se provisionado nas Demonstrações Contábeis de 2022.

## SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS DE 2022

### ANEXO A

(Valores em R\$ mil)

#### 1. Informar o lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2022:

Lucro Líquido do Exercício	1.151.538
Doações e Subvenções Governamentais	(55)
Constituição da Reserva Legal	(57.574)
<u>Base de Cálculo para os Dividendos</u>	<u>1.093.909</u>

#### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

<u>Montante Global de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos</u>	<u>432.623</u>
--	----------------

<u>Juros sobre o Capital Próprio</u>	<u>2022</u>
Ações Ordinárias	0,26839
Ações Preferenciais	0,29522
1 Units	1,44928

Os Juros sobre o Capital Próprio, a serem ratificados na AGO, permanecem como foram registrados contabilmente e serão pagos aos acionistas que detinham posição acionária em 30 de junho de 2022 referente ao resultado do 1º semestre de 2022 e 30 de dezembro de 2022 referente ao resultado do 2º semestre de 2022.

Em complemento, a partir de 01 de julho de 2022 as ações foram negociadas ex-juros sobre o resultado do 1º semestre de 2022 e a partir de 02 de janeiro de 2023 as ações foram negociadas ex-juros sobre o resultado do 2º semestre de 2022.

#### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual de distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio atribuídos aos dividendos, em relação ao lucro líquido ajustado do exercício, é de 39,6%.

#### 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos / juros sobre o capital próprio distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

A Companhia paga anualmente o valor integral dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, assim sendo, não existem dividendos e juros sobre o capital próprio a ser distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.

#### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não se aplica.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não se aplica.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Não se aplica.

**d. Data da declaração de pagamento dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não se aplica.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

	30/06/2022	30/12/2022	TOTAL
Juros sobre o Capital Próprio	154.207	278.416	432.623

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

A Companhia declara que na 59ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 28 de abril de 2023 será ratificada a remuneração dos acionistas referente à distribuição dos lucros auferidos no exercício de 2022, com data prevista para pagamento em 27/06/2023.

A forma para pagamento será por crédito bancário, de acordo com os dados cadastrais e bancários informados ao prestador de serviços de escrituração de ações.

Em complemento, o Estatuto Social da Sanepar, bem como a Política de Dividendos não estipulam atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores, em R\$:**

	2022	2021	2020	2019
--	------	------	------	------

Lucro Líquido	1.151.538	1.177.631	996.343	1.080.034
Lucro Líquido ajustado (base de cálculo para Dividendos e JCP)	1.093.909	1.118.738	945.379	1.025.915

**b. Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:**

		2022	2021	2020*	2019
Lucro Líquido ajustado (base de cálculo para Dividendo)	R\$	1.093.909	1.118.738	945.379	1.025.915
Dividendos	R\$	0	17.701	0,00	0,00
Juros sobre o Capital Próprio	R\$	432.623	325.863	296.428	330.411
Percentual dos Dividendos sobre o lucro líquido ajustado	%	0	1,58%	0	0
Percentual dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido ajustado	%	39,6%	29,13%	31,36%	32,21%
Dividendos por Ação Preferencial	R\$	0	0,01208	0	0
Juros sobre o Capital Próprio por Ação Preferencial	R\$	0,29522	0,22237	0,20228	0,67641
Dividendos por Ação Ordinária	R\$	0	0,01099	0	0
Juros sobre o Capital Próprio por Ação Ordinária	R\$	0,26839	0,20215	0,18389	0,61492
Dividendos por UNITS	R\$	0	0,05929	0	0
Juros sobre o Capital Próprio por UNITS	R\$	1,44928	1,09163	0,99302	3,32060

\*Em 2020 ocorreu o evento de desdobramento das ações de 3:1

**8. Havendo destinação de lucros a Reserva Legal:**

**a. Identificar o montante destinado a reserva legal**

Sobre o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a Reserva Legal de R\$ 57,6 milhões.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Constituída no montante de R\$ 57,6 milhões, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendo e juros sobre o capital próprio fixos ou mínimos:**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:**

O Estatuto Social da Sanepar não estabelece juros sobre o capital próprio/dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:**

Não se aplica.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:**

Não se aplica.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:**

Não se aplica.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:**

Não se aplica.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia em seu artigo 34, inciso XIV, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre proposta, a ser apreciada em Assembleia Geral, de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio semestrais e anuais por conta do resultado do período e/ou exercício em curso.

Para promover o cálculo, são considerados, de acordo com o disposto no Capítulo XI do Estatuto Social:

Art. 89 - O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria Executiva elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei.

Art. 90 - Os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

§ 1º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

§ 2º Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, está na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

§ 3º A Companhia poderá levantar balanços semestrais e o Conselho de Administração poderá deliberar por antecipar a distribuição de dividendos intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral.

§ 4º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo a situação financeira da Companhia permita.

§ 6º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.

§ 7º Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no inciso XIV, do art. 34, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente:**

Em consonância com o Estatuto Social, os dividendos e os Juros sobre o Capital Próprio, estão sendo pagos integralmente.

**c. Informar o montante eventualmente retido:**

Não há previsão de retenção de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:**

**a. Informar o montante da retenção**

Até a presente data a Companhia não efetuou retenção de dividendos e de juros sobre o capital Próprio.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:**

Em 2022, a Companhia seguiu enfrentando e mitigando os impactos decorrentes da pandemia sobre os clientes, prorrogando o vencimento da cobrança de contas de água e esgoto para aqueles cadastrados na categoria “Água Solidária”, ampliando os prazos para pagamento e mantendo essa prorrogação ao longo de todo o ano. Comprometida com a sustentabilidade econômico financeira, a Companhia continua como referência, garantindo uma gestão eficiente das receitas, gastos e fluxo de caixa e mantendo os *covenants* dentro dos limites estabelecidos pelo mercado.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, para que sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente, a Companhia possui políticas de dividendos e de gestão de risco, tesouraria e mercado.

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas.

Com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia, a Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos (Caixa Econômica Federal e BNDES) e ao mercado de capitais.

Além dos valores captados com as instituições financeiras, a Companhia efetuou, em janeiro de 2022, a 12ª emissão de Debêntures, com captação de R\$ 600 milhões no mercado, em duas séries de R\$ 300 milhões, uma institucional e outra por meio de Debêntures Incentivadas, que seguem a instrução da Lei nº 12.431, cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento da infraestrutura no país, oferecendo incentivos fiscais de isenção de Imposto de Renda.

A Companhia encerrou o exercício com Ativos de R\$ 16,7 bilhões, Patrimônio Líquido de R\$ 8,8 bilhões e dívida total de R\$ 7,9 bilhões, enquanto o índice de Endividamento sobre o Ativo foi 47,2% em 2022. A Dívida Líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, totalizou R\$ 3,9 bilhões em 2022, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,4 vez em 2021 para 1,7 vez em 2022.

A operação da Sanepar gerou um caixa de R\$ 2,0 bilhões em 2022, mesmo período em que pagou R\$ 309,3 milhões em remuneração aos acionistas.

Em 2022, o índice de inadimplência atingiu 3,4%, ligeira alta em comparação com os 3,3% verificados em 2021, principalmente devido à ausência de cortes no fornecimento, que tiveram início a partir da crise sanitária e pandemia. Ainda em 2022, a Companhia lançou o RECLIP (programa de Recuperação de Crédito Cliente Particular) de forma a minimizar o impacto da inadimplência.

### **c. Justificar a retenção dos dividendos:**

Até a presente data a Companhia não efetuou retenção de dividendos e de juros sobre o capital Próprio.

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

### **a. Identificar o montante destinado a reserva:**

Nos últimos exercícios a Companhia não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva para contingências.

### **b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de contingência.

### **c. Explicar por que a perda foi considerada provável**

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de contingência.

### **d. Justificar a constituição da reserva**

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de contingência.

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

### **a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**

Nos últimos exercícios a Companhia não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva de lucros a realizar.

### **b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva**

Conforme informado no item “a” acima, não houve constituição de reserva de lucros a realizar.

## **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

### **a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas que estabeleçam a constituição de reservas estatutárias.

### **b. Identificar o montante destinado a reserva**

Conforme informado no item “a” acima, não há cláusulas estatutárias que estabeleçam reservas estatutárias.

### **c. Descrever como o montante foi calculado**

Conforme informado no item “a” acima, não há cláusulas estatutárias que estabeleçam reservas estatutárias.

## 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

### a. Identificar o montante da retenção

A Administração está propondo, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a destinação do montante de R\$ 666 milhões dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos.

Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

### b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Em conformidade com as Instruções CVM, o Programa de Investimentos para os anos de 2023 a 2027 da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, aprovado na 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 07 de dezembro de 2022 está demonstrado abaixo:

#### PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 2023 a 2027 (em milhões de R\$)

	2022 *	2023	2024	2025	2026	2027	2023 a 2027
Capex Regulatório	1.574,4	1.814,9	2.344,5	2.326,8	1.799,1	1.454,4	9.739,7
Resíduos Sólidos/ Água Industrial	4,0	6,5	0,4	2,3	0,0	0,0	9,2
Capitalizações	145,8	157,6	161,5	167,8	174,9	171,2	833,0
Doações de Redes	22,1	32,4	29,8	30,5	31,2	31,9	155,8
<b>Total</b>	<b>1.746,3</b>	<b>2.011,4</b>	<b>2.536,2</b>	<b>2.527,4</b>	<b>2.005,2</b>	<b>1.657,5</b>	<b>10.737,7</b>

	2022 *	2023	2024	2025	2026	2027	2023 a 2027
Água	644,9	719,9	865,6	872,0	709,2	585,2	3.751,9
Esgoto	980,9	1.146,6	1.592,5	1.577,7	1.221,7	981,7	6.520,2
Outros	120,5	144,9	78,1	77,7	74,3	90,6	465,6
<b>Total</b>	<b>1.746,3</b>	<b>2.011,4</b>	<b>2.536,2</b>	<b>2.527,4</b>	<b>2.005,2</b>	<b>1.657,5</b>	<b>10.737,7</b>

\* Valores do Plano Plurianual de Investimentos divulgado em Fato Relevante de 09/12/2021.

O programa de investimentos contempla aplicações a fim de garantir o abastecimento de água e sua qualidade; compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa visando a universalização dos serviços de esgoto; demandas oriundas de diagnósticos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; parcerias; *compliance* ambiental; infraestrutura administrativa, entre outros.

## 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

**a. Informar o montante destinado a reserva:**

Em 2022 a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais foi de R\$ 55 mil.

**b. Explicar a natureza da destinação:**

A reserva de Incentivos Fiscais é referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

#### **8) MANUTENÇÃO DOS JORNAIS DE PUBLICAÇÃO UTILIZADOS PELA COMPANHIA**

Em cumprimento ao Art. 289 da Lei 6.404/76, a Administração sugere a manutenção do jornal Valor Econômico para realizar as publicações legais da Companhia.